

DESCOLADAS

Revista de Direitos Humanos | Inesc | Brasília (DF) | Ano 5 - 2015 | Nº 5

ISSN: 2237-0331



Distribuição gratuita



Editorial

Chegou, finalmente, a revista mais esperada do ano: *Descolad@s* número 5!!! Nossa revista vem passando por um processo de crescimento ano após ano. A primeira edição da nossa revista surgiu como filhote da *Viração* e tem uma carinha bem adolescente, já que nós todos/as do Conselho Editorial ainda éramos estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas do Distrito Federal. Nós crescemos, alguns trabalham, outros estão na universidade e, assim, a revista também cresceu junto e está mais linda do que nunca. Quando crescemos, sempre temos alguma novidade, né? E não é diferente nesta edição. Temos seções novas, como: *Educação*, *Histórias da Favela* e *Outro Olhar*. Como sempre, abordamos questões de educação na revista. Essa escolha justifica a importância de se ter uma seção especial só para tratar desta perspectiva da criança e do adolescente: "ser a escola". A seção *Histórias da Favela* é um link direto da nossa revista com o *Observatório de Favelas*, lá no Rio de Janeiro, o que é o máximo! Já a seção *Outro Olhar* merece um espacinho especial na *Descolad@s* por nos aproximar de meninas que cumprem medidas socioeducativas. As vozes dessas meninas são importantes e devem ser ouvidas por tod@s nós. Nesta edição, estamos abordando novamente a idade penal, um tema recorrente nas outras edições por se tratar de uma luta desafiadora e envolta em muita desinformação. Não deixe de ler também a *Entrevista com jovens indígenas*, um do povo Potiguara (da Paraíba) e uma do povo Tukano (do Amazonas), que nos emocionaram com seus relatos sobre a riqueza dos povos indígenas brasileiros e suas impressões sobre educação, universidade, relacionamentos dentro e fora de suas tradições e o vínculo com a terra. Também dê uma olhadinha na seção *Ponto de Encontro* para saber mais sobre o *Grito das Periferias*, uma articulação de jovens que falam de política por intermédio da arte. Mas a revista não tem só coisa nova. Aqui você também vai encontrar o *Falo Mermo*, o *Giro pelo DF*, a seção *Pérolas*, com frases que estão nos muros do Distrito Federal, um ensaio fotográfico da *Marcha das Mulheres Negras* e um bando de outras mil coisas legais. Observem com atenção os dados sobre os orçamentos, que explicitam que o governo do Distrito Federal não tem investido na cidadania de crianças e adolescentes. E vocês acham que é fácil fazer uma revista MARAVILHOSA como esta? Não mesmo, querid@s, porque tod@s nós temos que nos desdobrar para dar conta de cumprir nossas pautas, para além de todas as nossas atividades cotidianas. Mas após muita dedicação e esforço, aqui está o resultado da produção de um ano inteiro de trabalho. Esperamos que, para a próxima edição, o Conselho conte com mais estudantes e adolescentes, que venham a colaborar conosco. Até lá, aproveitem esta edição, que foi feita com muito amor.

Lucas Daniel Rodrigues de Souza

Conselho Editorial

Centro de Ensino Médio da Asa Norte (Cean): Maria Castanho AnSarah; Iana Mallmann, Isabel Amorim, Leiliane Vieira Miranda, Lucas Daniel R. de Souza (ex-alunos/as); **Centro de Ensino Fundamental Carlos Motta** - Lago Oeste: Gabriella Dias dos Santos, Paula Gabriela Barbosa Castillo (ex-alunas); **Centro Educacional 4 do Guará**: Vinicius da Silva Moreira, Wallison Lopes de Souza, Fábio William Silva, Jéssica Pereira, Lucas Miguel Salomão Meireles, Israel Victor de Melo (ex-alunos/as); **Centro de Ensino Fundamental 5 do Paranoá**: Gabriel Silva; Gabrielle Silva de Queiroz; **Centro de Ensino Médio Paulo Freire**: Beatriz Nery, Gabriela Camota (ex-alunas); **Centro de Ensino Médio 2 do Gama**: Ana Vitória Slavica Radic; Thallita de Oliveira Silva (ex-aluna). **Escola Presidente Kennedy** (São Bartolomeu/GO): Alex Mudesto (ex-aluno); **Escola Militar Dom Pedro II**: Breno Lobo (ex-aluno).

Convidadas

Observatório de Favelas - Maré, RJ: Mayara Donaria e Beatriz Sant'Anna; Coletivo de Meninas da **Unidade de Internação de Santa Maria (UISM)**

Conselho Pedagógico

Adriana Ramos - Instituto Socioambiental (ISA)
Bia Barbosa - Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Carmela Morena Zigoni - Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
Cynthia Ciarallo - Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP-DF)
Estela Scandola - Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul (ESP/MS)
Gilberto Vieira dos Santos - Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
José Antônio Moroni - Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
Cleomar Manhas - Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
Leonardo Ortegá - Fórum de Justiça Juvenil
Talita Victor Silva - Assessoria Parlamentar da Liderança do PSOL

Grupo de Design

Beatriz Nery
Célia Matsunaga
Elzimar Moreira
Leiliane Vireira Miranda
Lucas Daniel R. de Souza

Assessoria responsável: Márcia Acioli
Coordenação editorial: Patrícia Bonilha
Edição: Patrícia Bonilha e Márcia Acioli
Coordenação gráfica: Célia Matsunaga
Projeto gráfico: Célia Matsunaga
Diagramação: Elzimar Moreira
Revisão: Paulo Henrique de Castro
Impressão: Coronário
Tiragem: 13.000

Fotografias da Seção Sem Palavras

Gabriele Silva de Queiroz
Gabriella Dias dos Santos
Vinicius Moreira da Silva

Ilustração de Outro Olhar:

Loveloveó

Reportagem em Quadrinhos:

Gabriel Mesquita

A revista *Descolad@s* 5ª edição é uma publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
SCS Qd. 01, Ed. Márcia, 13º Andar
Cobertura - Brasília (DF) - Cep: 70.307-900
Fone: (61) 3212-0200, Fax: (61) 3212-0216
Email: protocoloinesc@inesc.org.br
site: www.inesc.org.br

Conselho Diretor

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barreto
Caetano Ernesto Pereira de Araújo
Guacira Cesar de Oliveira
Márcia Anita Sprandel
Sérgio Haddad

Conselho Fiscal

Pastor Hervino Schmidt
Romi Márcia Bencke
Taciana Maria de V. Gouveia
Suplente: Augustino Pedro Veit

Colegiado de Gestão

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antônio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política:

Nathalie Beghin

Gerente Financeiro-Administrativo e de Pessoal

Maria Lúcia Jaime

Assistente de Direção

Ana Paula Soares Felipe

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cleomar Manhas
Grazielle David Custódio
Márcia Acioli

Assessoria Técnica

Dyarley Viana
Higor dos Santos Santana
Janaina Roseli M. dos Santos
Júlio Campos F. de Alvarenga

Assessoria de Comunicação

Jorge Henrique Cordeiro

Administrativo-financeira

Adalberto Vieira dos Santos, Eugênia Christina A. Santana, Isabela Mara dos S. da Silva, Josemar Vieira dos Santos, Miria Thereza B. Consiglio, Roni Ferreira Chagas, Rosa Diná G. Ferreira

Apoio Institucional

Charles Stewart Mott Foundation,
Christian Aid, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fastenopfer, Fundação Avina em parceria com a OAK Foundation e LARCI, Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford, IBP Center on Budget and Policy Priorities, Instituto C&A, Norwegian Church Aid (NCA), Oxfam Brasil, Oxfam Novib, Pão para o Mundo (PPM), Petrobras, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal (SEDHS/GDF), Unicef, União Europeia

Distribuição gratuita

Brasília, 2015

Impresso no Brasil

ISSN 2237-0331

É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citada(o) o(a) autor(a) e que se inclua a referência ao artigo ou texto original.



Israel



Gabriella



Lucas



Maria



Thallita



Gabriel



Jéssica e Lucas



Mayara



Walisson



Breno



Jana



Gabriele



Paula



Gabriela



Fábio



Leiliane



Alex



Beatriz



Ana Vitória



Vinicius



Isabel

SUMÁRIO

DIREITOS EM MOVIMENTO 08
O DESAFIO DE DEMOCRATIZAR A
COMUNICAÇÃO

GIRO PELO DF 10
MOVIMENTOS CULTURAIS DE DIFERENTES
REGIÕES DO DISTRITO FEDERAL

ARTIGO 12
ESTADO E FÉ. É JUSTO UM GRUPO
SUBJUGAR O OUTRO?

FALO MEERRRRMO! 14

LINK COM O CONGRESSO 16
A RAPOSA NÃO CUIDA DO GALINHEIRO

CAVANDO 18
IDADE PENAL

PONTO DE ENCONTRO 22
A JUVENTUDE QUER SER OUVIDA

ACABEI O ENSINO MÉDIO, E AGORA? 24
"SOMOS TÃO JOVENS"

SEM PALAVRAS 26

EDUCAÇÃO 30
SER A ESCOLA

FALANDO DE POLÍTICA 34
QUE REFORMA QUEREMOS?
UMA REFORMA QUE ELIMINE A EXCLUSÃO

ENTREVISTA 36
BALANÇO DO MARACÁ

44 **PÉROLAS**

46 **MUITO PRAZER**
QUADRUPPLICAR OS CUIDADOS E O AMOR

48 **PROSA E POESIA**

50 **MEIO AMBIENTE**
ONDE FALTA CHUVA
SOBRA MITO

52 **MUDE DE CANAL**
A VIOLÊNCIA COMO ESPETÁCULO

54 **DIREITOS VIOLADOS, DIREITOS CONQUISTADOS**
O AMOR É O QUE IMPORTA

54 **ESTILO**
COMUM DE DOIS
MODA ANDRÓGINA

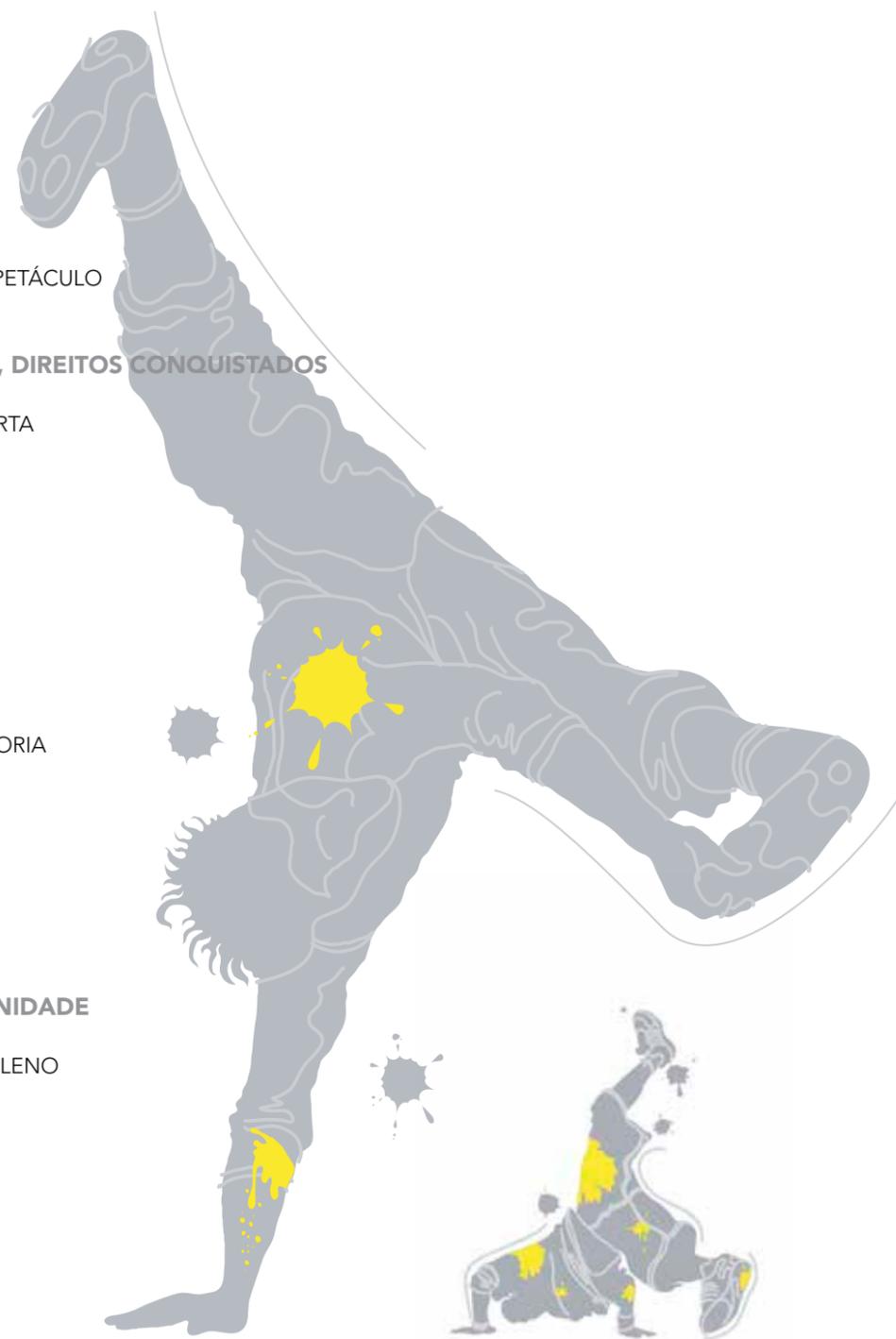
58 **INTERNACIONAL**
TRÁFICO DE PESSOAS
A VIDA COMO MERCADORIA

62 **OUTRO OLHAR**
VOCÊ ME AJUDA?

64 **HISTÓRIA DA COMUNIDADE**
A CONQUISTA DO SER PLENO

66 **ALMA DA CIDADE**
ATAQUE BELIZ

66 **DICAS CULTURAIS**
FILME, HQ, RÁDIO, MÚSICA, TEATRO, LIVRO



O DESAFIO DE DEMOCRATIZAR A COMUNICAÇÃO

Alex Mudesto - 21 anos

É relativamente recente a compreensão de que a comunicação também é um direito humano fundamental, assim como os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Na prática, isso significa que todas as pessoas devem ter condições e devem poder se expressar livremente, além de produzir e fazer informações circularem. E isso não é pouco, porque propicia que todas as pessoas tenham acesso aos meios de produção e difusão da informação, tenham condições técnicas e materiais para produzir e veicular essas produções e tenham o conhecimento necessário para que possam exercer suas relações com os meios de comunicação de maneira autônoma.

Apesar de ser um relevante alicerce da democracia, no Brasil, este direito parece muito mais uma utopia do que realidade. O que vemos é que, em vez dos direitos à liberdade de expressão, de informação e de imprensa – expressos tanto na legislação nacional quanto na internacional –, o que vigora aqui é a liberdade das empresas (de comunicação)!!! E, pra piorar, elas estão altamente concentradas nas mãos de apenas uns poucos e famosos “coronéis da mídia” (veja o quadro nesta página).

E é justamente devido ao grande poder deste segmento que se faz enorme e urgente a necessidade de uma regulamentação, a ser feita pelo Estado e pela sociedade. Alguns exemplos de medidas necessárias para que a informação deixe de ser apenas uma mercadoria são: a reserva de canais para o sistema público e a garantia de espaço para veículos comunitários e para a produção regional.

O que tentam esconder de nós é que os meios de comunicação podem ser valiosas ferramentas para que tenhamos um maior conhecimento dos nossos próprios direitos e para a própria efetivação deles, como os direitos à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à participação política, ao território e à própria vida.

Para a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), a reforma e a democratização dos meios de comu-

nicação no Brasil são “mais importantes que a reforma agrária e urbana”, pois, segundo ela, “no dia em que se fizer a reforma e a democratização das comunicações sociais no Brasil, teremos força política para fazermos todas as outras reformas estruturais que o Brasil deve à sociedade brasileira”, afirmou ela à imprensa em novembro de 2015.

O que diz a Constituição Federal?

Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

IX - *é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;*

X - *são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;*

XIV - *é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;*

Art. 220. *A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.*

§ 1º - *Nenhuma lei poderá conter dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.*

§ 2º - *É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.*

§ 5º - *Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.*

§ 6º - *A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.*

O que diz o Estatuto da Juventude?

Seção VII – Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão

Art. 26. O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Art. 27. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à comunicação e à liberdade de expressão contempla a adoção das seguintes medidas:

I - incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

II - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação;

III - promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência;

IV - incentivar a criação e manutenção de equipamentos públicos voltados para a promoção do direito do jovem à comunicação; e

V - garantir a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para os jovens com deficiência.

O que diz a Convenção sobre os Direitos da Criança?

Artigo 12 - 1. Os Estados-Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.

O que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

“[...] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948, Art. 19).

O que diz a Convenção Americana de Direitos Humanos?

“Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha” (Organização dos Estados Americanos, 1969, Art. 13).

O que diz o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP)?

“Toda pessoa terá o direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, de forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha” (Artigo 19).

O que diz a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial?

[...] Os Estados-Partes devem “declarar como delitos puníveis por lei qualquer difusão de ideias baseadas na superioridade ou ódio raciais, qualquer incitamento à discriminação racial, assim como quaisquer atos de violência ou provocação a tais atos” (Art. 4º, promulgada pelo Decreto nº 65.810/1969).

SETOR ALTAMENTE CONCENTRADO

A concentração dos meios de comunicação no Brasil é alarmante. Apenas quatro grupos dominam 69,4% de toda a audiência televisiva. Indo além, é possível afirmar que boa parte dos meios de comunicação tradicionais do país (rádio, televisão aberta, jornais, revistas) é controlada por somente **seis** famílias e por **duas** igrejas:

- Marinho (Organizações Globo);
- Abravanel (SBT);
- Saad (Rede Bandeirantes);
- Sirotsky (RBS);
- Civita (Editora Abril);
- Frias (*Folha de S. Paulo*);
- Mesquita (*O Estado de S. Paulo*);
- Igreja Universal do Reino de Deus (Record);
- Igreja Católica (Rede Vida).



GIRO PELO DF

Nesta edição da *Revista Descolad@s*, vamos retratar movimentos culturais de diferentes regiões do Distrito Federal e importantes para o cenário "além do Plano Piloto" e pela resistência que os caracteriza.

Vinicius da Silva Moreira - 20 anos



Coletivo B. Rocker's (Paranoá e Itapoã)

O Coletivo B. Rocker's atua nas regiões do Paranoá e de Itapoã. Formado por um grupo de voluntários, busca fomentar o protagonismo juvenil e ocupar espaços públicos mediante eventos sociais e culturais que auxiliem o desenvolvimento social local, trazendo arte, cultura, cidadania e informação para a comunidade. Os principais eventos são a Sexta Rock, o Campeonato de Carrinho de Rolimã, a Oficina de Pipas, B. Rocker's & Elas e o Festival B. Rocker's. Os eventos são realizados com o apoio da comunidade, dos artistas e do comércio local.



Frente Feminista Periférica (Samambaia)

A necessidade de ter um olhar para a questão da mulher dentro da periferia e do movimento hip hop foi a inspiração para a formação da Frente Feminista Periférica (FFP), um dos núcleos do Coletivo ArtSAM. A Frente também aborda as questões de raça e classe, trabalhando com um feminismo periférico, com bandeiras e ações próprias. Em rodas de conversa, estudos, parcerias com outros coletivos e saraus, entre outras ações, a FFP discute desde a violência contra a mulher, a criança e o/a adolescente, o parto humanizado, a violência sexual e a participação da mulher na comunidade até o sistema carcerário e o racismo. O objetivo é conscientizar todos e todas sobre o machismo e a opressão que as mulheres sofrem, além de empoderá-las.



Movimento Cultural SuperNova (São Sebastião)

O Movimento Cultural SuperNova desenvolve projetos de cultura, esporte e meio ambiente com vistas ao desenvolvimento social. A Noite SuperNova, uma das ações do Movimento, é um sarau mensal, em que artistas locais, regionais e trabalhadores em geral usufruem da apresentação de grupos musicais, encenações teatrais, exibição de vídeos, declamação de poesias e espetáculos de dança. Outra ação desenvolvida pelo SuperNova é o Domingo no Parque, que tem como objetivo a ocupação do Parque Ambiental do Bosque com manifestações culturais diversas, para chamar a atenção das autoridades para a necessidade de revitalização e manutenção do parque.



Rota 156: Guará na Rua

Em todo último domingo de cada mês, as ruas do Guará são ocupadas por oficinas de pintura, contação de histórias infantis, oficina de pipas, palhaços, pista de skate, grafite, feira de troca de livros, domínio, DJ's e bandas com músicos locais, entre outras tantas atividades. Denominada de Rota 156: Guará na Rua, a iniciativa acontece ao longo do dia e as atividades são gratuitas e abertas ao público. A ideia surgiu de um grupo de amigos, moradores antigos do Guará, que criaram o Coletivo 156. Já o nome do evento é alusivo ao número da linha de ônibus que faz o itinerário Guará/W3 Sul e que passa pela pista na qual o evento é realizado.



Instituto Reciclando Sons (Estrutural)

O nome *Reciclando Sons* faz referência à principal atividade econômica que deu origem à Estrutural: a reciclagem de lixo. Criado pela musicista Rejane Pacheco, o Instituto Reciclando Sons (IRS) utiliza a música como instrumento de educação, ressocialização, geração de renda e inclusão social de crianças, adolescentes e famílias.



Núcleo de Formação Popular Família Hip Hop (Santa Maria)

O Núcleo de Formação Popular Família Hip Hop surgiu a partir da iniciativa de jovens da comunidade de Santa Maria que tinham proximidade com a cultura hip hop, unidos a outros que tinham afinidade com o grafite, o rap e a dança breaking. Com os objetivos de despertar a percepção crítica de seus membros e fortalecer as lutas das comunidades, a Família Hip Hop oferece oficinas de educação popular em escolas, instituições parceiras (como a Pastoral da Criança), igrejas e associações de moradores.



Companhia de Teatro Bisquetes (Estrutural)

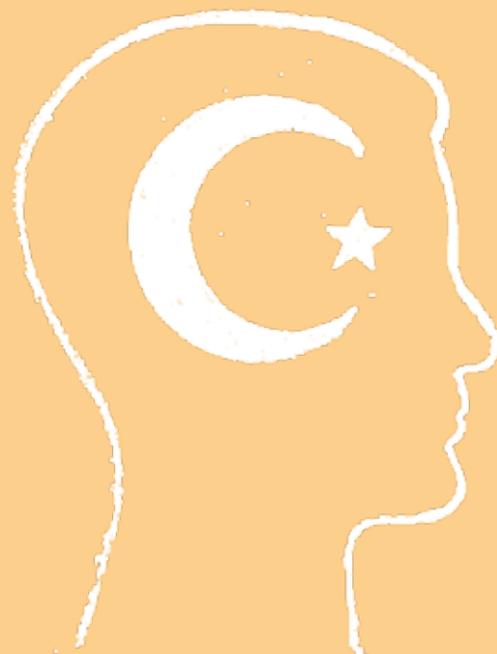
A Companhia de Teatro Bisquetes, anteriormente chamada de Teatro Estrutural, trabalha com esquetes e musicais relacionados aos direitos humanos e à cidadania, como direito à cidade, questões de gênero, questões raciais, educação de qualidade e juventude. Formado por atores e atrizes da Estrutural, sendo a maioria LGBT, o grupo consolida a ocupação dos espaços públicos com arte e cultura, além de combater a homofobia. "Já fomos bisquetes. Hoje, somos Bisquetes", afirmam.



Jovem de Expressão (Ceilândia e Sobradinho II)

O Jovem de Expressão, presente nas cidades de Ceilândia e Sobradinho II, é uma usina de produção cultural, comunicação e engajamento juvenil. Tem como objetivo promover a saúde de jovens entre 18 e 29 anos, realizando ações de terapia comunitária, prevenção à violência, ao crime e ao uso de drogas. Por meio de atividades variadas e gratuitas, o programa promove o empoderamento da juventude.

Fotos cedidas pelos coletivos



ESTADO E FÉ:

Isabel Amorim - 24 anos

É JUSTO UM GRUPO SUBJUGAR O OUTRO ?

Ah, ser humano... O que é ser humano? O que é ser uma pessoa? As mais diversas respostas aparecerão, e tal constatação já é um indício dos inúmeros atributos de todo ser humano. Temos a capacidade de ser livres, diversos, culturais, imaginativos, sociáveis, pensantes, humanos. Além disso, somos movidos por um objetivo comum: manter a vida. A humanidade também luta pela perpetuação das suas culturas, com raízes nas mais diversas terras e nos mais distintos povos. **Será, então, correto um grupo subjugar ou discriminar o outro? Será que uma forma de pensamento deve restringir as demais?**

O Brasil é um Estado laico. Mas o que exatamente isso quer dizer? Isso significa que o Estado, em todas as suas instâncias, regido pela nossa Constituição Federal, não faz um tangenciamento religioso, não faz a escolha por nenhuma religião. Como consequência, o Estado laico prevê e garante a liberdade para que todos os homens e todas as mulheres sejam livres para crer e professar sua fé. Obviamente, esse direito é garantido também para aquelas pessoas que não possuem crenças

religiosas. Esse princípio protege, garante e promove a igualdade e a não discriminação. Na Constituição Cidadã (1988), na seção destinada à educação, à cultura e ao desporto, está previsto que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Além da Constituição, o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2011-2020, também prevê a garantia de uma educação pública, laica e de qualidade para todos e todas.

No dia 15 de junho de 2015, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou uma audiência pública sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.439, cujo tema é a oferta de ensino religioso confessional nas escolas públicas. Diferentes representantes de entidades religiosas e de instituições ligadas à educação participaram da audiência. O debate girou em torno de três pontos: 1) o Estado não deve oferecer ensino religioso nas escolas públicas; 2) o Estado pode oferecer ensino religioso nas escolas

públicas, desde que de natureza não confessional; 3) o Estado pode (e deve) oferecer ensino religioso confessional nas escolas públicas.

Ensino religioso confessional é aquele que defende a perspectiva, os princípios e valores de uma religião específica. No entanto, a educação é um campo fundamental de mediações, pois por meio dela é possível se ter acesso ao legado histórico dos direitos humanos, tanto na apreensão da cultura dos direitos quanto na compreensão de que esse é um dos alicerces para a mudança social, na busca por igualdade e respeito.

Independentemente das aspirações e concepções religiosas de cada um, o Estado (enquanto mediador de interesses) e a educação (como política pública) não devem privilegiar uma ou outra religião. A escola é um dos principais espaços de socialização das crianças e dos adolescentes e, justamente por isso, deve respeitar e garantir a liberdade individual. Como humanos, temos o direito de ser quem somos e de pensar como pensamos. Isso só é possível em uma sociedade que preze pela igualdade e pela liberdade, mas não pela discriminação.

Foto Egon Heck/Cimii



A RAPOSA NÃO CUIDA DO GALINHEIRO...

Lucas Daniel Rodrigues de Souza - 20 anos

Uma propriedade, um lote, uma área em algum lugar. Essa é a forma como nós concebemos uma porção de terra. E essa também pode ser a perspectiva de qualquer pessoa ao ver ou pensar sobre uma terra indígena. Mas será que existe diferença entre a nossa percepção e a dos povos originários do Brasil sobre a terra? Qual é a importância da terra, do território, para os povos que, historicamente, viveram e vivem nelas?

A terra para o povo indígena é vinculada ao coletivo, é onde se vive, se come, se planta, se dorme e se celebra. Em Guarani, o termo *teko-ha* significa "lugar onde se é", ou seja, a terra é o local de contato com seus ancestrais, onde esses povos resgatam suas memórias, onde praticam sua cultura e seu modo de vida, é o lugar ao qual pertencem. Uma terra indígena é o seu povo. Em outras palavras, a terra é a identidade de um povo indígena.

A Constituição Federal de 1988 determinou que os povos indígenas têm "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las". As terras indígenas são demarcadas no Brasil pelo poder Executivo, sendo que os órgãos responsáveis por este processo são a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério da Justiça e a Presidência da República. Trata-se de um processo longo, burocrático, técnico e de pesquisa.

Há 15 anos, foi apresentada uma polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que transfere a função de demarcar as terras indígenas e titular as terras quilombolas para o Congresso Nacional. Você já deve ter ouvido falar dela, a famosa PEC 215. Ela foi apelidada pelos povos indígenas de "PEC do Genocídio". A maior parte dos protestos realizados nos últimos anos pelos povos indígenas foi em repúdio a esta proposta, como os frequentes atos na frente do Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios, a simbólica ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados, realizada em abril de 2013, e os trancamentos de rodovias que acontecem em todas as regiões do país.

Um dos graves problemas desta PEC é justamente tirar a função de demarcação das terras indígenas do único órgão indigenista do

Estado (a Funai) e entregá-la para um Congresso controlado pelas bancadas BBB (Bala, Boi e Bíblia). Não é de hoje que esse mesmo Congresso é formado pelo padrão: homem, branco, cristão, privilegiado e ruralista. Sendo assim, a decisão sobre o que é e o que não é terra indígena ficaria na mão de quem "faz negócio" com a terra e seria totalmente fundamentada pelo interesse econômico. As terras indígenas possuem muitos bens comuns, como a água, a biodiversidade, os minérios, a madeira e a própria terra, entre outros. Logo, existem muitos patrões/deputados por aí de olho em mais terra boa para explorar e expandir seus negócios.

Negociações e compensações não são alternativas para se resolver uma situação em que fazendeiros ou donos de empresas tomam terras onde os indígenas viveram por séculos. Justamente porque a terra indígena possui um valor muito maior para o seu povo do que a gente pode sequer compreender. Um valor muito, mas muito além do econômico. Como já afirmado no início deste artigo, a terra indígena é a própria identidade do povo, a terra é a garantia do direito à vida e o direito de ser indígena. Portanto, tomar as terras às quais os povos indígenas pertencem é uma violência contra os direitos humanos e agride diretamente a dignidade e a própria vida dos indígenas.

Além disso, juristas importantes, como Dalmo Dallari e Carlos Marés, afirmam que a PEC 215 é inconstitucional, porque ela viola o princípio da Constituição, que trata da separação dos poderes (Executivo e Legislativo).

Por tudo isso, os movimentos indígenas de todo o país têm se mobilizado para derrubar a PEC 215, porque – se aprovada – ela pode resultar na destruição da vida de vários povos.

Foto Diego Pellizari/Cimi



Foto Walter Campanato/Agência Brasil



IDADE PENAL

O Brasil sentenciou, historicamente, a sua população negra à privação de direitos fundamentais, tais como o acesso à educação e à moradia. Na última década, o Estado brasileiro assumiu que há racismo em nosso país e, atualmente, tenta reparar sua história e estabelecer um patamar de igualdade racial. No entanto, os constantes ataques racistas se enveredam em diversos meios: no futebol, na TV, no jornalismo, na literatura, no cinema. A rede de internet tem oferecido um vasto espaço para a disseminação de discursos de ódio, intolerância e preconceitos.

Em 1988 o Brasil promulgou a atual Constituição Federal. Dois anos depois deu um importante passo para a efetivação de direitos, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que surgiu com um novo paradigma: Doutrina da Proteção Integral. A partir daquele momento, as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. De igual forma, tanto a família quanto a sociedade e o Estado devem garantir pleno acesso a todos os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O grande salto foi que a legislação passou a não distinguir mais crianças ricas de crianças pobres, antes tidas como menores (*leia o quadro sobre menoridade*), porque todas são iguais perante a lei, sendo que os direitos e as medidas devem ser iguais para todas as crianças e os adolescentes do Brasil. Dito isso, cabe questionar a forma com que tratamos os e as adolescentes em conflito com a lei, pois o que se vê é que há diferença entre o tratamento de "menores em conflito com a lei" e "adolescentes de classe média/alta que cometem delitos", resquícios de uma história de exclusão e limpeza social.

Não é à toa que bastaram três anos após a promulgação do ECA para que parte do parlamento, em resposta, apresentasse a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de redução da idade penal, também conhecida como PEC nº 171/1993, de autoria do deputado Benedito Domingos, do extinto Partido Trabalhista Reformador (PTR-DF).

O discurso a favor da redução, que tenta se sustentar na lógica da punição e vingança, é odioso e tem direção evidente, pois sabemos que a maioria dos e das adolescentes em conflito com a lei é negra e

de periferia (isso considerando os e as adolescentes que estão institucionalizados). O ECA, no seu quarto capítulo, já estabelece medidas socioeducativas para adolescentes que cometem atos infracionais. Elas têm como função responsabilizá-los/as pelos próprios atos e ainda educá-los/as para o convívio social. Mesmo assim, os discursos odiosos e intolerantes difundem-se amplamente, pedindo penas mais duras e punições iguais às dos adultos. Em 2012, foi aprovada a lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas. No mesmo ano, a PEC nº 33/2012, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), também foi apresentada: ela objetiva alterar os artigos 129 e 228 da Constituição, acrescentando um parágrafo que prevê a possibilidade de desconsiderar a inimputabilidade penal de maiores de 16 anos e menores de 18 anos, caso em que será o juiz quem decidirá se o/a adolescente tem capacidade para responder pelos seus atos.

Pesquisas mostram que menos de 1% dos crimes cometidos são da autoria de adolescentes. Os estudos comprovam, ainda, que os crimes realizados por adolescentes não são, em sua maioria, hediondos. Além disso, os dados apontam que o índice de reincidência é menor do que o prisional. Por fim, os pesquisadores constatam que a redução da idade penal não é solução.

Neste sentido, o sistema prisional brasileiro se sustenta na "punição", cujos slogans mais conhecidos são os seguintes: "bandido bom é bandido morto" e "polícia boa é a militarizada e truculenta". Por outro lado, o ECA e o Sinase objetivam garantir que haja a responsabilização, mas que, sobretudo, sejam resguardadas a reinserção na sociedade e a proteção integral do/a adolescente (negro/a e pobre), que já é violentado/a pelo Estado e pela sociedade, ambos marcados pela escravidão e pelo colonialismo. Obviamente, reduzir a idade penal não responde à Doutrina de Proteção Integral. Enjaular adolescentes, juntamente com pessoas muito mais experientes em criminalidade, é tirar a oportunidade de que meninas e meninos revejam seus atos e produzam coisas boas: arte, cultura, conhecimento..., pois é esse o potencial que cada um deles e cada uma delas têm. Reduzir a idade penal é desistir desses adolescentes e não acreditar em seu potencial de mudança, de transformação.

Israel Victor de Melo - 20 anos
Thallita de Oliveira Silva - 22 anos

Entenda por que devemos falar "adolescente", e não "menor"

Thallita de Oliveira Silva - 22 anos

De acordo com Érika Piedade da Silva Santos, em "(Des)construindo a 'menoridade': uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção da categoria 'menor'" (2004), desde o Brasil Império, a expressão "menor" é utilizada no contexto jurídico em referência às penas aplicadas aos "menores de idade". No entanto, no final do século XIX, a expressão foi absorvida pela sociedade para designar crianças de camadas sociais mais baixas da pirâmide social. Ou seja, segmentam-se certos setores sociais, diferenciando algumas crianças (das classes média e alta) de outras em situação irregular (pobres, negras), consideradas suspeitas e potencialmente perigosas para a sociedade, além de um risco social de ruptura da ordem. Essa assimilação fixou-se com a Doutrina da Situação Irregular, instaurada pelos dois Códigos de Menores que existiram no Estado brasileiro (em 1927 e em 1979). Ambos os códigos registravam o termo "menores" dando-lhe o sentido de meninos abandonados ou delinquentes, e estes seriam o alvo de tutela do Estado.

O Estado passa a tutelar as famílias pobres. Assim, crianças e adolescentes de ambos os sexos (pobres, negras/os) consideradas/os abandonadas/os eram inseridas/os em instituições filantrópicas: abrigos. Aquelas/es jovens que eram consideradas/os delinquentes eram internadas/os em reformatórios. Chamamos esse movimento de higienização, limpeza social, cuja ideia é retirar esses meninos e essas meninas pobres da rua. Não se considerava a hipótese de que seus pais precisavam trabalhar para

alimentar seus/suas filhos/as. Não se considerava o fato de que a criança que estava na rua pedindo comida ou dinheiro era porque em casa estava passando fome, necessidade... Nada disso importava. Esses meninos e essas meninas eram considerados/as potencialmente perigosos/as e causavam medo à população.

Agora, preste bem atenção: eram esses meninos e essas meninas que eram considerados/as menores. Os meninos ricos e as meninas ricas que estavam estudando, praticando esportes e tendo acesso à cultura eram crianças e adolescentes. E qual era a cor desses/as "menores"? Como é sabido, em sua maioria avassaladora, meninos e meninas negros/as, mesmo depois da "libertação" da escravidão, não tiveram garantidos seus acessos à moradia digna, à alimentação adequada, ao emprego digno, à educação de qualidade. Foram jogados/as para fora das senzalas com um "se virem!". Esse povo se manteve resistente, mas as forças estatais não abdicaram de continuar violentando-o, e a questão da menoridade é uma dessas violências. A construção e a manutenção (até hoje!) deste termo explicitam nosso racismo, nossa segregação, nossa exclusão e nossos preconceitos.

Os meninos e as meninas burgueses/as e brancos/as não estão no sistema socioeducativo ou pouco estão, porque este não é o grupo que a sociedade quer prender, enjaular, excluir, vingar, tornar abjeto. Portanto, pense bem em qual termo utilizar, pois sua escolha pode ser excludente e preconceituosa.

Entenda o que são medidas socioeducativas antes de questioná-las

De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores/as de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do ECA. Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo. Elas são aplicadas a adolescentes de 12 a 18 anos. Alguns exemplos:

Advertência

É uma repreensão judicial com o objetivo de sensibilizar e esclarecer o/a adolescente sobre as consequências de uma reincidência infracional.

Obrigação de reparar o dano

Ressarcimento por parte do/a adolescente do dano ou prejuízo econômico causado à vítima.

Prestação de serviços à comunidade

Realização de tarefas gratuitas e de interesse comunitário por parte do/a adolescente em conflito com a lei, durante um período máximo de seis meses e por oito horas semanais.

Liberdade assistida

Acompanhamento, auxílio e orientação do/a adolescente em conflito com a lei por equipes multidisciplinares por um período mínimo de seis meses, objetivando oferecer atendimento nas diversas áreas de políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização, com vistas à sua promoção social e de sua família, bem como inserção no mercado de trabalho.

Semiliberdade

Vinculação do/a adolescente a unidades especializadas, com restrição da sua liberdade e possibilidade de realização de atividades externas, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização. O/a jovem poderá permanecer com a família nos finais de semana, desde que autorizado/a pela coordenação da unidade de semiliberdade.

Internação

Medida socioeducativa privativa da liberdade, adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo/a adolescente se enquadrar nas situações previstas no art. 122 (incisos I, II e III) do ECA. A internação está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A internação pode ocorrer em caráter provisório ou restrito. Para mais informações, acesse o link: <<http://www.tjdft.jus.br/cidadãos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas-socioeducativas-1/tipos-de-internacao>>.

PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	DISPONÍVEL
10.301.6202.4133.0001 - (OCA) ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO - ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL - DISTRITO FEDERAL	70.000	0	0	0	0
	10.000	0	0	0	0
	50.000	0	0	0	0
	20.000	0	0	0	0
	373.980	0	0	0	0
	0	223.143	0	0	223.143
14.243.6223.5004.0001 - (OCA) REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - DISTRITO FEDERAL	10.820.000	943.988	343.987	155.791	1
14.243.6223.3874.4273 - (OCA) CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE E DE MEIO ABERTO - DISTRITO FEDERAL	1.500.000	0	0	0	0
14.421.6223.1825.0001 - (EPP) CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	9.500.000	1.194.545	256.228	256.228	938.317
	500.000	0	0	0	0
	0	805.455	805.455	802.138	0
14.243.6223.1754.0002 - (OCA) REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.-CENTRO DE REFERÊNCIA - SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - DISTRITO FEDERAL	2.700.000	0	0	0	0

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas referente à Lei Orçamentaria Anual (LOA/2015) do Distrito Federal. Relatório emitido em 18/11/2015. Valores em R\$ 1,00.



Fotos Rodrigo Jorge



Vinícius da Silva Moreira - 20 anos

Os jovens e as jovens gritam por mais respeito, dignidade, direitos e justiça. São muitos os gritos que vêm das periferias, que brotam e ecoam pelas esquinas e pelos becos das comunidades. São, muitas vezes, vozes que expressam a dor pela morte de mais um jovem negro ou a resistência política e a esperança reproduzidas no rap e na poesia, na dança e no teatro. Na cultura.

O *Grito das Periferias* foi fruto de uma articulação promovida pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em parceria com a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (Renajoc), o Coletivo da Cidade (Estrutural), a Art'SAM (Samambaia), a *Família Hip Hop* (Santa Maria) e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca), com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos.

As discussões do *Grito das Periferias* basearam-se em uma pesquisa de percepção na Estrutural, realizada pelos/as adolescentes do Projeto Onda. O objetivo era conhecer as opiniões dos moradores/as da cidade sobre a violência contra crianças e adolescentes. Os resultados foram assustadores, pois apontaram sérias preocupações em relação à violência sexual

e à violência policial contra jovens negros, além da percepção de que a ausência de políticas públicas na área de cultura é também uma violência.

O propósito do *Grito* foi discutir a violência contra as juventudes das comunidades populares (especialmente a negra), a violência de gênero e dialogar sobre a cultura como uma estratégia de resistência. Os *Gritos* foram poéticos, estéticos e carregados de sentido fraterno e, ao mesmo tempo, das duras realidades que perpassam o nosso cotidiano de meninos e meninas das periferias.

O primeiro encontro, "*Grito das Periferias: Diálogo sobre Violências e Juventudes*", realizado na Estrutural, em 28 de março, contou com a participação de cerca de cem adolescentes e jovens de várias regiões do Distrito Federal (Paranoá, Sobradinho, Estrutural, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Itapoã, Santa Maria, Lago Oeste e São Sebastião). O debate foi realizado por meio de perguntas provocadoras, para incentivar as discussões e propor ações capazes de mudar esse cenário. As reflexões e reivindicações foram sistematizadas e o conteú-

do se materializou em uma carta direcionada ao Governo do Distrito Federal (GDF). O evento contou com muita música, poesia, dança e com o fortalecimento da interação e do contato entre as diversas comunidades do DF. A entrega da carta aconteceu no sarau "*Grito das Periferias*", realizado em Samambaia, em 27 de junho. O GDF foi convidado, mas não enviou nenhum representante para o evento, reforçando a percepção de todos/as sobre o distanciamento do governo para com a juventude e as periferias. Na carta, afirmamos a urgência de se desconstruir o "machismo nosso de cada dia" e explicitamos que "existe um projeto para exterminar a população preta e pobre. O projeto é que você nunca passe da adolescência". Um reflexo disso é a redução da idade penal, cuja perspectiva é institucionalizar práticas que recolhem e isolam adolescentes já excluídos dos processos de cidadania.

Que os *Gritos das Periferias* sejam cada vez mais entoados e empoderados. A periferia grita, clama, canta e exige mais direitos e dignidade. A periferia produz cultura. A periferia produz arte.

"Somos tão jovens"

Gabriela Camota - 18 anos

O ensino médio é um momento especial, em que surgem várias dúvidas sobre o que fazer da vida.

Quando se acaba o ensino médio, a realidade aparece e a sensação é a de que você está jogado/a no mundo para viver sozinho/a.

Será que cresci?

E, então, surgem opções para atender às expectativas pessoais, da família e da sociedade, como, por exemplo: cursar a universidade ou trabalhar para ajudar em casa? **É muita pressão!**

Surgem aquelas angústias: "o que fazer?", "como fazer?" e "por que fazer?". Mas é importante perceber que a melhor opção é aquela que vai lhe proporcionar, além do seu sustento, prazer e alegria. **Realização!** E, muitas vezes, a nossa realização não combina com o que a família espera.

Mas... você quer ser aceito/a, de acordo com os paradigmas da sociedade, ou você quer ser feliz e realizado/a com aquilo que sempre quis fazer? **Nossa, que frio na barriga!**

A melhor carreira é aquela que lhe enche de orgulho do que você faz e, claro, lhe proporciona um rendimento para se bancar. E, algumas vezes, aquilo que você realmente quer fazer para ser feliz é viver de arte. Mas isso lhe causa medo e preocupação. Esta escolha lhe traz muito mais desafios e dificuldades do que uma carreira comum. Afinal, a arte exige, permanentemente, a conquista de público, de espaço e de legitimidade. Muitas vezes, o caminho pode ser trilhado em uma universidade, mas não há universidade que garanta seu sucesso.

Que dilema...

"Quando você sai da escola, é que você tem que estudar mesmo. Na escola, você tem todo um padrão, tem toda aquela coisa ditada. Você aprende como estudar na escola, mas estudar de verdade você vai estudar fora. Eu comecei a estudar tudo sobre música pensando em como eu iria prestar um serviço para aquilo. Se você quer ser profissional da música, é estudar para ser só músico" (Higo Melo, 35 anos, vocalista e compositor da banda *Ataque Beliz* e produtor musical).



"Podemos ter mais de uma paixão na vida. As minhas são a arte e a veterinária. As pessoas me perguntam se eu desisti da arte e por que eu 'troquei' de curso. Eu não troquei uma coisa pela outra, mas, sim, sinto que ambas se completam e que jamais poderia deixar de ser artista. Atualmente, tenho feito desenhos para a área da veterinária" (Fernanda Ricchiero Dusek, 28 anos, artista plástica e estudante de veterinária).

**E se não deu certo? Começa tudo de novo...
"Temos todo o tempo do mundo"***

* Tanto esta última frase como o título desta matéria são inspirados na música *Tempo Perdido*, de Renato Russo.



SEM PALAVRAS



SER A ESCOLA



Foto: Mária Acioli

Em 2014, alunos de escolas públicas do Distrito Federal participaram de várias atividades realizadas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), para debater sobre o tema da educação de qualidade. Nessas atividades, discutimos nossos medos, angústias e alegrias. Além disso, fizemos pesquisas em quatro escolas (localizadas nas regiões administrativas do Paranoá, Gama e Guará e na Asa Norte, no Plano Piloto) com alunos, professores e servidores, para perceber o que seria educação de qualidade em cada comunidade e construir indicadores que medissem esse conceito. Temas

como desigualdades regionais, raça e gênero, educação infantil, cultura na escola, orientação sexual e evasão escolar foram muito debatidos por nós. E é a partir dessa experiência que vamos falar.

Sonhos são desejos que nossa alma almeja com todas as forças. O diploma de ensino universitário é um exemplo clássico de sonho que uma maioria anseia conquistar. Mas quando pensamos em alcançar nossos sonhos, percebemos que existem caminhos diferentes para cada realidade, ou seja, alguns conseguem com mais "facilidade", enquanto para outros os desafios são maiores.

A realidade dos estudantes de escolas públicas não é única.

Existem diversas dificuldades dentro do ambiente escolar e fora dele que afetam todas as nossas individualidades e, muitas vezes, até a permanência na escola.

A pesquisa "Fora da Escola Não Pode", realizada pelo Unicef e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, apresenta dados sobre a evasão escolar no Brasil. Um dos dados mais preocupantes aponta que 3,8 milhões de pessoas estão fora da escola e que, em sua grande maioria, são jovens negros, indígenas e pessoas portadoras de deficiências. Aquela galera que mora na zona rural, no semiárido, na Amazônia e nas grandes periferias também é muito afetada. Um agravante, apresentado pelo último Censo Escolar do Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é o fato de que mais de 4 mil escolas rurais foram fechadas em 2014, a maioria nas regiões Norte e Nordeste.

Em setembro de 2014, nossas vozes foram ecoadas para o mundo quando participamos de uma atividade em Nova Iorque, nos Estados Unidos, para falar sobre a nossa experiência como estudantes de escolas públicas no Brasil, mais especificamente no Distrito Federal.

Em nossos testemunhos, afirmamos que, durante boa parte do ensino médio, sofremos por conta da violência que rodeava a escola, dos preconceitos, da carência de professores e da falta de abertura das instituições

para dialogar com os alunos. Levamos a realidade brasileira para alunos de vários países e voltamos com os relatos de vivências do mundo todo dentro de nós. Acabamos descobrindo que, mesmo sendo de lugares diferentes, compartilhávamos os mesmos anseios.

Percebemos também que a comunicação entre a escola e os alunos é ruim, não importa de onde você seja. No entanto, essa situação é ainda mais grave e visível nas comunidades indígenas, onde, em muitas escolas, os professores sequer falam as línguas nativas dos povos. Essa experiência nos fortaleceu para que pudéssemos transformar nossa realidade escolar e, em alguma medida, a qualidade da educação.

Se antes era difícil definir educação de qualidade, depois da experiência em Nova Iorque, tivemos a certeza de que ainda não conseguimos definir algo com tantas perspectivas possíveis. A educação de qualidade pode ser referenciada tanto por professores capacitados nas salas de aula quanto por uma escola emancipadora.

Portanto, não conseguimos descrever as inúmeras possibilidades que fazem da escola o lugar ideal para o exercício da nossa humanidade. Mas de uma coisa temos certeza: não queremos mais só estar na escola, queremos ser a escola e, com isso, caminhar e crescer com ela.



Foto: Márcia Acioli

Construindo a Educação que queremos

Ana Vitória Slavica Radic - 19 anos

Boa estrutura física, valorização e investimento na qualificação dos/as professores/as, participação dos alunos/as, das mães e dos pais na vida escolar, material didático lúdico e não convencional e uma relação de respeito entre alunos e professores. Como já ressaltado o conceito de "educação de qualidade" tem várias definições e nuances, e não apenas uma, como muitos pensam. Ele muda de acordo com as perspectivas de cada estudante, do local e, principalmente, das concepções pedagógicas e ideológicas das instituições escolares. Claro que um dos aspectos mais importantes nesse contexto é justamente o objetivo da educação, ou seja, ela se propõe a formar cidadãos, a aprovar estudantes para a universidade ou ensinar valores que poderão ser usados na vida?

Trazendo a realidade para pertinho de nós, enquanto membros da comunidade escolar, fica uma dúvida: podemos contribuir para tornar com melhor qualidade a educação nas nossas escolas? Vamos considerar a situação descrita a seguir.

Em uma escola localizada em uma região administrativa do Distrito Federal, havia um grupo de estudantes, pais, mães, responsáveis e professores/as que estavam indignados/as com a situação de abandono na qual a escola se encontrava.

Eles/as faziam manifestações, enviavam reclamações a vários órgãos públicos, mas nada mudava. Tiveram, então, a ideia de fazer uma reunião com a participação de todos os membros da comunidade escolar para avaliarem o que poderia ser feito. No dia e hora marcados, a reunião iniciou-se com a fala da presidente do grêmio.

– Boa tarde, pessoal! Sejam bem-vindos à nossa reunião. Como muitos aqui já sabem, meu nome é Caroline, tenho 15 anos, sou do 2º ano A. Tomamos a iniciativa de tentar resolver pequenos problemas que estão ao nosso alcance para transformar a escola e a educação que temos hoje aqui.

Em seguida, foi a vez da Aline, do 2º B:

– Oi, gente! Considero fundamental para a nossa formação que sejam feitas oficinas no turno contrário, como aulas de pintura, dança, xadrez, música e várias outras atividades que não estão incluídas no nosso currículo escolar, já que muitos de nós não têm condições de pagar por essas atividades.

– Pessoal, eu sou o Miguel, aluno do 3º ano, e penso que poderíamos fazer hortas e jardins nos corredores da escola. Meu pai entende bastante de jardinagem e hortas e já se comprometeu em nos

ajudar. Todos os alunos poderão participar, tanto aqueles que gostam de trabalhar em jardim quanto aqueles que têm vontade de aprender. A escola vai ficar mais agradável e teremos verduras fresquinhas e orgânicas para a nossa merenda!

Na sequência, falaram Roberto e Eduarda, pai e mãe de uma aluna do 2º ano:

– Nossa sugestão é que sejam feitas mais palestras na escola com o objetivo de combater preconceitos, como a homofobia, o racismo e o machismo, além de debates para esclarecer temas polêmicos e tabus, como as drogas e a sexualidade, por exemplo. Assim, teremos alunos e alunas mais abertos às diferenças e mais respeito e harmonia na nossa escola.

Após algumas outras falas e participações feitas pela comunidade escolar, Caroline disse:

– Muito bacana, gente. Anotamos todas as sugestões e vamos avaliar com a direção, o conselho de pais e mães e o grêmio estudantil como podemos implementar as ricas contribuições feitas por todos e todas. Como presidente do grêmio, afirmo que todas essas sugestões são relevantes, mas é fundamental que a gente perceba que muitos desafios para que possamos melhorar nossa escola não estão ao alcance da nossa comunidade escolar. É preciso que o Estado cumpra as próprias políticas públicas que criou, como o Plano Nacional de Educação (PNE), para que possamos, de fato, garantir uma escola pública boa e de qualidade para todos e todas. E, para que isso aconteça, devemos continuar atentos e participativos.

“Hoje você é quem manda

Falou, tá falado

Não tem discussão?”

(Apesar de Você, de Chico Buarque)

Que reforma queremos? Uma reforma que elimine a exclusão

*Breno Lobo - 18 anos
Paula Gabriela - 19 anos*

O atual sistema político brasileiro é caracterizado pela sua capacidade e pelo seu caráter de gerar exclusão. Isto é, ele está pensado, planejado e organizado para manter nos diversos espaços de poder quem já está no poder. E, para impedir que outros sujeitos políticos ocupem esses espaços e exerçam uma representatividade real, vários recursos são utilizados, como o descumprimento de compromissos públicos e a atuação fundamentada, visivelmente, na manutenção da dominação patriarcal, racial, sexista, cultural e econômica.

Essas ações ocorrem dentro do sistema político, mas também são decorrentes das desiguais relações de poder, que – em geral – extrapolam o sistema político. Exemplos não faltam, como explicitam as lutas das mulheres, das populações sem-teto e sem-terra, dos indígenas e quilombolas, das comunidades LGBT, da juventude e de tantos outros grupos sociais que tentam garantir o respeito aos seus direitos.

A mesma sociedade que elege seus representantes políticos acaba reproduzindo, de maneira alienada ou ideológica, os discursos machistas, racistas e de exploração social. O caso da participação das mulheres na política é emblemático. De acordo com Guacira Oliveira, diretora colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), é possível observar essa situação a partir do momento em que a mulher vivencia uma tripla jornada de trabalho a cada vez que decide investir em uma atuação política.

“Em geral, a mulher tem muito menos tempo do que os homens para se dedicar à política porque os homens, em sua quase totalidade, não vivem essa experiência da dupla jornada de trabalho ou tripla, quando se faz política. Eles encontram nas relações familiares e de trabalho o apoio e a sustentação para que possam desenvolver uma trajetória política de longo prazo, como passar 4, 5 ou 6 anos em um movimento sindical, por exemplo. Um homem que está dentro do Congresso Nacional, em um cargo de deputado federal, provavelmente investiu muitas horas da vida dele nessa trajetória. Nós, mulheres, temos menos condições para fazer isso, pois a sociedade nos impõe muitas responsabilidades. Então, a

divisão sexual do trabalho é uma das formas pelas quais o poder nos obriga à exclusão”, explica ela.

Convivemos com a sub-representação política no parlamento, que acontece de diversas maneiras. No Brasil, apenas 4,3% dos parlamentares eleitos são negros e 15,8% são pardos. O único representante indígena a ocupar um assento na Câmara Federal até hoje foi Mário Juruna, membro do povo Xavante, do Mato Grosso, eleito em 1983. O que temos em nosso país é uma grave distorção, pois os grupos majoritários da sociedade país adentro são ínfimas minorias no parlamento. De Norte a Sul, tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades, o poder é perpetuado majoritariamente nas mãos de homens, brancos, ricos, acima dos 50 anos de idade e cristãos.

É praticamente consensual que precisamos de uma reforma política que mude essas limitações estruturais de representação. Para evitar que essas mudanças ocorram, o Congresso Nacional realizou recentemente uma reforma sem nenhuma presença popular e que não apontou para o combate das distorções que o financiamento privado das campanhas eleitorais e a sub-representação de jovens, mulheres, negras e negros causam, por exemplo.

Em 2014, diversos movimentos sociais encamparam a luta por um plebiscito por uma constituinte popular exclusiva e soberana, para a realização de uma reforma do sistema político. A proposta é a de consultar a população brasileira sobre a realização dessa constituinte, tendo em vista que o atual Congresso Nacional é incapaz de representar, de fato, a diversidade e as necessidades do conjunto da população brasileira. No parlamento brasileiro, mais de 70% da bancada é composta por fazendeiros e empresários, as deputadas federais e senadoras eleitas nesta legislatura representam apenas 13,3% e menos de 3% dos parlamentares são jovens.

Para mudar e incluir a maior parte da sociedade nas decisões que afetam diretamente suas vidas e as de suas comunidades, é preciso fazer uma reforma política ampla e estrutural no sistema político brasileiro. A realidade e os fatos evidenciam que tal reforma é necessária e urgente.

BALANÇO DO MARACÁ

Beatriz Nery - 18 anos

Esta edição da *Descolad@s* traz uma entrevista bastante especial com @s jovens Poran e Shirlene, dos povos indígenas Potiguara e Tukano. A diversidade dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no Brasil é uma das maiores do mundo, embora tenha sempre sido apresentada pela escola e pelas mídias convencionais de modo bastante reduzido. Por isso, parece que os indígenas são todos iguais e têm os mesmos valores e a mesma cultura. Poran e Shirlene também abriram nossos olhos para as constantes violações de direitos dos povos indígenas, o que ameaça a continuidade de suas existências. Passamos a compreender que não é a terra que pertence ao povo, mas que é o povo que pertence à terra. O sentimento inestimável de pertencer ao seu lugar e à sua história estabelece um vínculo sem igual. Impedir que o povo tenha acesso à sua própria cultura, espiritualidade e vida ali, onde estão seus ancestrais, é desrespeitá-lo, violentá-lo, matá-lo. Esperamos que esta leitura emocione a todas e todos que a encontrarem, assim como aconteceu conosco.

Descolad@s: A gente quer muito ouvir sobre a vida e a trajetória de vocês...

Poran Potiguara: Eu comecei no movimento indígena com 13 anos. Tive essa fase de adolescente bem responsável. Estudei numa escola indígena na aldeia que tinha o propósito de formar lideranças do meu povo. Tenho hoje 25 anos e estudo Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UnB). Ajudei a criar a organização de Jovens Indígenas Potiguara. Participo da Rede de Juventude Indígena, da Comissão Nacional dos Estudantes Indígenas (que é de ensino superior), da Associação dos Universitários da Universidade de Brasília (UnB) e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, a Apoinme. Enfim, sou tido como um embaixador do povo Potiguara em Brasília.

Descolad@s: Você saiu da sua aldeia com que idade?

Poran: Morei na aldeia até os 19 anos. Daí, vim para Brasília. Em todas as férias, eu volto. A minha aldeia é à beira mar, um paraíso. *Potiguara* significa, em Tupi, "comedor de camarão". *Poti* é "camarão", e *guara*, "comedor". Minha trajetória é um pouco isso. São dez anos de muita luta, de dormir no chão, de passar fome, de fazer ocupação e até de chegar perto da morte. Confesso que estou ansioso para falar para vocês da questão indígena, porque o Brasil, infelizmente, só fala de índio no dia 19 de abril e fala de um índio que não é o brasileiro, tem uma visão romântica da situação indígena.

Shirlene Prado Sampaio: Eu sou do povo Tukano. Não sei se vocês já ouviram falar. Sou filha de Álvaro Tukano, um líder indígena da região Norte. Meu pai, desde jovem, sempre lutou pelas questões indígenas. Eu saí de lá com 12 anos, agora tenho 18. Desde então, eu moro aqui em Brasília com meus pais. Atualmente estudo Gestão Pública no Instituto Federal de Brasília (IFB). Quando cheguei, foi bem difícil, porque é totalmente diferente. Você vê a diferença entre as pessoas que estão ali só por si. Ninguém se ajuda. Todo mundo pergunta sobre a dança da chuva, se a gente andava pelada... Nossa, eu odeio, porque todo mundo acha que a gente vive nu, falando aquela língua que ninguém entende... As pessoas são ignorantes, porque sempre veem o índio como se fosse há 500 anos atrás. Eu sempre falo para eles: "Não é assim. A realidade é outra". Eu sou como vocês: eu não sou inferior nem estou acima de vocês.

Poran: Muitos querem associar o índio ao fato de viver na aldeia. E aí, quando você sai da aldeia, é como se você deixasse de ser índio. Estar aqui hoje, com celular, com tênis, estar na universidade... não vai atrapalhar a sua cultura, isso não vai tornar você menos índio. É desconhecimento mesmo, mas é um desconhecimento alimentado pelo modelo de educação que existe hoje no Brasil. Para você ter ideia, tenho amigas que têm criancinhas que fazem Ensino Fundamental I. Em uma das escolas, a criança fazia frases em mandarim, a língua da China, que está do outro lado do mundo! **O Brasil tem 280 línguas indígenas e não se ensina sequer uma palavra dentro da grade escolar.** Existe o desconhecimento, existe o não incentivo aos que estão aqui. Não se enxergam os indígenas, apenas ignoram. Todo mundo fala que existe, mas deixa lá na floresta, no mato...

Descolad@s: O que significa ser indígena hoje, então?

Poran: Eu não consigo dizer "ser indígena", sinceramente, porque se a gente for analisar o termo "indígena", no *Aurélio*, significa "nativo de um lugar". Então, todos os que estão aqui são indígenas. Historicamente, o termo "índio" vem justamente para tratar todo mundo como igual. Sabemos que não somos iguais. Quando se fala o termo "indígena", automaticamente tem que ter um povo associado. O que significa "ser indígena" para o meu povo é uma coisa, para o povo dela vai ser outra. É mais fácil eu falar "ser Potiguara" do que "ser indígena".

Descolad@s: O que possibilita que vocês se reconheçam como indígenas?

Poran: A gente sabe que há questões que afetam todos os povos indígenas. Existe essa tendência de dizer que são 305 povos reconhecidos, fora os mais de cem grupos isolados, que ninguém sabe. Você percebe algumas identidades, algumas diferenças entre os povos indígenas e a sociedade não indígena. Tem coisas com as quais você se identifica e, por isso, a gente se chama de "parente". Eu ouvi uma frase do cacique Marcos Xukuru que diz assim: **"Nós conhecemos o índio ou o parente pelo balançar do maracá"**. Se você realmente tem esse espírito indígena, começa a balançar porque o que está em você se manifesta, a sua ancestralidade indígena de lá de trás, esquecida ou interrompida por um processo histórico. Muitas famílias indígenas tiveram



interrompidos seus laços culturais tradicionais para se protegerem. É a famosa constatação: “Eu sofri demais. Não quero que meu filho sofra o que sofri”. Assim, se cortou a transmissão da cultura de geração para geração.

Descolad@s: A gente gostaria de saber sobre a adoção de crianças indígenas por não indígenas.

Poran: Adotar, no meu ponto de vista, não resolve, porque se é para salvar uma criança indígena e você a leva para um meio que não é indígena, ela não vai ser criada de acordo com o povo dela, porque ela vai passar a ser uma criança da sociedade. Pelo que conheço das culturas indígenas, é muito difícil você ter adoção por livre e espontânea vontade de uma criança da aldeia por alguém de fora. Pode existir dentro da aldeia, entre as famílias. É aquela coisa: já que você não pode criar seu filho, eu vou lá, pego e crio. **Nas aldeias, nunca vai existir criança abandonada.**

Shirlene: É, porque sempre tem alguém que acolhe. E, olha, sempre tem uma história por trás da adoção. O índio não é só adotado porque ele foi ali deixado. Eu conheci o caso de um menino. Os não indígenas pegaram ele, desde bebê, e trouxeram ele aqui para Brasília. Realmente, a aparência dele é de índio, ele é índio, mas ele não conhece a cultura dele. Quando a gente se reuniu para fazer o projeto “Século Indígena no Brasil” – que tem o objetivo de mostrar para as escolas públicas o que é a cultura indígena atualmente –, foi muito dolorido ouvir ele falar. **Você podia ver nos olhos dele a tristeza que ele tinha por não saber o que é realmente o povo dele.** Ele sente essa dor nele por não saber

das suas raízes, por ter sido criado desde bebê numa cultura diferente.

Descolad@s: O que vocês mais estranharam quando mudaram para a cidade?

Poran: A diferença, no meu ponto de vista, é do sentimento da individualidade. A cidade é um lugar do medo, porque todo mundo tem medo de todo mundo. Se você vai atravessar um túnel aqui no Plano [Piloto], à noite, e vir uma pessoa do outro lado, você fica com medo, porque acha que ela vai fazer algum mal a você. E o medo vem justamente por não se conhecer. Se a gente conhecesse mais o outro, conseguiria viver melhor. A gente conseguiria se ajudar, porque sabe do que o outro precisa. O meu povo tem 20 mil pessoas, 32 aldeias, e todo mundo se conhece. Se na aldeia alguém passar e não cumprimentar você, a gente vai pensar que aquela pessoa não é humana, porque pode ser um espírito.

Shirlene: Vou dar um exemplo da minha aldeia. Tem o povo da minha mãe, que é Dessana, e o povo do meu pai, que é Tukano, e ambos são divididos pelo rio. **O que realmente faz a gente se conhecer um ao outro, estar unido, é o fato de você acolher e sempre que tiver alguma coisa você compartilhar.** Por exemplo, caça. Se alguém matar uma anta, chama todo mundo. Nem que seja pelo menos uns três dias no mês, todo mundo se reúne para conversar, falar sobre as cerimônias que fazem parte da cultura, de música. Tem gente que canta... Isso ajuda muito. Aqui em Brasília, se você dá “bom dia”, a pessoa fica assustada: “Ai, meu

Deus, o que ele quer?”. Na aldeia, você dá “bom dia” e a pessoa diz: “Entra aqui em casa, vamos comer alguma coisa, vamos fazer alguma coisa juntos, vamos caçar, vamos pra roça”. Quando eu era pequena na aldeia, com as crianças da mesma idade, a gente compartilhava tudo. Aqui, não: as crianças eram só por si só, não conversavam, porque os pais não deixavam. **Não pode conversar com estranhos, não pode confiar nos outros, você não tem amigos. Lá, não, a gente é irmão e pronto.**

Descolad@s: Os professores não indígenas querem impor uma disciplina para crianças indígenas. O que vocês acham disso?

Shirlene: Eu posso falar pela minha irmã, a Lulu. Eu tenho um monte de irmãos, somos dez. A gente é livre, tem muita energia, filho de índio. Minha irmã tem dois anos e pode subir no parquinho até o mais alto que ela puder. As crianças daqui, que não são indígenas, ficam ali chorando com medo. O fato das crianças indígenas serem livres, acho que vem da cultura, vem do sangue de estar livre desde que nasceu. O adulto querer impor uma regra eu não acho certo porque, vamos dizer, **eles têm que mostrar que ali é o momento certo para poder falar e mostrar para eles, e não falar: “senta ali e silêncio”. Tem que ter respeito!**

Poran: Eu observo muito e vejo que as crianças daqui, quando vão pedalar a bicicleta embaixo do prédio, o pai fica lá, de olho, o tempo todo. Meus primos, de 6, 7, 9 anos, falam assim: “Mãe, eu vou pescar hoje”. Vão para o rio, para o mato, levam um pouco de farinha, um fósforo para fazer fogo e assar o peixe e passam o dia todo fora. Então, têm o dia

todo livre para fazerem o que bem quiserem. **Já aqui, as crianças não são livres: ficam presas no seu apartamento. A diversão é videogame, TV, celular. Elas não podem subir em árvore porque podem quebrar um braço; não podem andar descalças porque o chão tem bactérias. Eu fico pensando se realmente isso é infância.** Eu tive uma liberdade incrível! Para muitos, estar descalço pode ser uma coisa suja; para nós, pisar em barro é cultural. Você bota o pé no chão para sentir a terra, sentir a natureza.

Descolad@s: E como é a adolescência?

Poran: Em muitos povos, a criança passa a ser adulto direto, por exemplo, a partir de um ritual. **Não tem adolescente, não tem jovem, é adulto.**

Como as Tikuna, que arrancam os cabelos das meninas na primeira menstruação. Tem o período de jejum e as meninas ficam isoladas por uma semana. Tem uma fase em que elas ficam num lugar fechado, no escuro. E, aí, todo mundo começa a enfiar a lança e elas têm que se proteger, mesmo sem verem nada. Quando ela escuta o barulho da lança entrando pelas palhas, ela tem que se defender. O fato dela estar capaz de se proteger significa que já é considerada mulher. Passou pelo ritual, ela está apta para casar.

Descolad@s: Nas escolas, vocês falam a língua nativa?

Poran: Quase todos os povos têm a concepção de que é necessário estudar a educação escolar, de que é necessário tentar chegar à universidade. A maior dificuldade não está internamente, na escola: está no externo, porque não se tem o reconhecimento.



Foto Egon Heck/Cimi

Se você pegar dados do Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], não vai aparecer nenhuma escola indígena, vai aparecer escola rural. Outra dificuldade é com o material didático na língua do povo. Quando se criam, são cartilhas, coisas pequenas, minúsculas. O governo fala que não tem condições de publicar um livro para aplicar nas escolas indígenas em mais de 280 línguas. **Você é obrigado a estudar tudo de fora da aldeia, essa visão colonizadora.** Por isso, existe essa discussão de mais de dez anos para se ter uma educação escolar específica ou diferenciada. Para nós, os conteúdos a serem estudados são maiores do que o de vocês, porque estudamos a história geral do Brasil, a história do povo, a geografia geral, a do Brasil e do mundo, além da geografia do povo, a arte em geral e da arte do povo, a história e a política do povo, tinha sociologia do povo, filosofia do povo, aí tinha tupi, inglês, espanhol, português, literatura. O fator fundamental é a existência do povo. **A escola não é apenas um lugar de aprender ou de se ensinar, mas de manter vivo um povo.**

Descolad@s: Queremos saber sobre religião.

Shirlene: Eu não sei me aprofundar nesse assunto, porque na minha aldeia quem sabe mais são os homens. Religião é um assunto bem delicado. Na aldeia, não existe religião. Eles fazem as cerimônias deles, quando falam nomes de várias plantas, várias frutas. Na verdade, eles não acreditam em Deus. As mulheres cantam, dançam, dão bebida para que os mais velhos se concentrem mais, se centrem no mundo espiritual. Essa era a parte das mulheres. Quando acontecia uma doença, minha avó fazia cerimônia, mas só em caso de doença.

Poran: O assunto religião é muito complexo. Primeiro, porque muitos povos veem a nossa cultura como religião, mas não se trata de religião. Não é cheia de dogmas. Existem as restrições, mas não são doutrinas. Quem escreveu isso? Ninguém escreveu isso. Quem revelou isso para alguém? Ninguém. Todo mundo sabe, entende e respeita. Meu povo tem muitas igrejas, evangélicas, católicas, tem várias seitas, mas qual é a concepção da aldeia em relação

a isso? É que, se não atrapalha a cultura, pode ficar. Agora, começou a atrapalhar a cultura... Tinha um senhor pastor que dizia que ritual indígena era prática abominável. Isso é ameaça cultural! Eu vejo que a religião hoje é baseada em doutrinas para pregar o medo. É engraçado, sempre há um medo, medo de ir para o inferno, medo de morrer, medo de sofrer. O índio é um ser muito espiritual. Tudo o que acontece, ele associa a algo espiritual.

Descolad@s: Qual é a importância da língua original para vocês? Você é filha de dois povos? Eles falam línguas diferentes?

Shirlene: Sim, do povo Dessana, que é da minha mãe, e Tukano, do meu pai. Eu falo a língua do meu pai, não falo a da minha mãe. Não que a do meu pai seja superior, mas é que eu tenho que seguir a do meu pai, por causa da linhagem. Eu não posso casar com nenhum Tukano. É desrespeito, porque eles são meus irmãos. Eu acho muito importante a cultura da minha mãe, apesar de não saber falar. Eu vejo minha mãe falando com meu avô e tenho vontade de aprender, mas é bem difícil quando você não aprende pequena.

Poran: A língua é identidade, mas ela também é estratégica, tem poder. Falar a língua em um momento especial, como em uma reunião, pode ser importante, porque quem não é do povo não entende.

Descolad@s: Eu queria saber qual é a relação afetiva com um não índio. Vocês podem se casar?

Shirlene: Depois que o povo entra em contato com o não indígena, perde um pouco da sua cultura. Antigamente, era proibido, mas agora não é mais. Na minha aldeia, minhas primas tiveram filhos indesejáveis de pessoas que vieram de fora. São mães solteiras. Este fato fez com que o meu povo ficasse muito chocado e não aceitasse aquilo. O fato de meus pais aceitarem que eu fique com um não índio é para que eu não fique sozinha. Isso é uma visão de hoje. Se eu ficasse na minha aldeia e quisesse me casar, seria com o povo da minha mãe, Dessana. Como meu pai é líder, eu teria que me casar com o filho de uma liderança. Meu pai teria que buscar em outra aldeia um filho de liderança para eu poder me casar.



Descolad@s: Para você, Erick [namorado da Shirlene], como é namorar uma índia?

Erick: Eu não a vejo como índia. Acho legal que ela tenha uma cultura bem diferente da gente. Mas, pra mim, é bem normal, nada de muito diferente.

Descolad@s: Os pais dela te aceitaram?

Erick: Eles são muito acolhedores, sempre se importaram com o que eu estava sentindo, se eu estava com fome...

Descolad@s: Aqui, a gente tem o casamento tanto no civil quanto no religioso. Como é que fica para vocês dois a questão de casamento?

Shirlene: Na minha aldeia, quando o homem que vai ser o marido vai se casar, ele pega a mulher na casa dos pais e a leva para uma caça, para pescar ou para uma roça. No momento em que entregar os peixes, a caça ou as coisas da roça na casa dela, eles podem se casar.

Erick: No meu caso, vai ser mais fácil... É só passar no supermercado e comprar um peixe.

[Muitos risos]

Poran: Com o meu povo, alguns querem se casar re-

ligiosamente e/ou no civil, mas quase todos – e, aí, é uma tradição – “carregam” a mulher... Sempre à noite ou quando não tem ninguém em casa, o homem tem que levar a mulher para a casa dele escondido dos pais dela, que têm que procurar. Tem um prazo, até o dia amanhecer, para os pais dela irem buscá-la de volta. Se encontrarem, ela escolhe se quer voltar ou não. Se amanhecer o dia e ela não tiver voltado para casa, pronto, está casada.

Descolad@s: Hoje, os jovens indígenas querem ficar nas aldeias ou mudar para as cidades?

Poran: Eu não queria sair da aldeia, porque tinha uma concepção antes, e a concepção só se confirmou: não existe lugar melhor do que a minha própria aldeia para se viver. Já tinha ouvido falar dessa vida louca daqui. Tem semanas que eu não consigo dormir direito, tenho que estudar, fazer política, reunião, viajar, e assim vai. Esta é a visão que a gente tem de vocês. Talvez, se houvesse mais respeito em relação a nós, povos indígenas, seria melhor. Então, enquanto vocês têm a visão de que a gente come pessoas, a gente sabe que vocês precisam aprender mais sobre a gente.

Shirlene: Vocês sempre têm a visão de que a gente anda nu, que come bichinhos – a gente come bichinhos muito gostosos... [risos...]. A gente tinha a visão de que vocês eram homens maus. Ouvi dizer que vocês eram ignorantes, que não acolhiam as pessoas, que eram por si só, que não cuidavam do outro, que não valorizavam a própria cultura, nem a família. Essa era a imagem: que vocês eram pessoas infelizes. Eu ficava: “Nossa, como assim? Não acolhem um ao outro? Não dão comida um para o outro?”. É uma coisa que eu não consigo entender. Você pode se fortalecer cuidando um do outro, crescendo junto.

Descolad@s: Os direitos dos povos indígenas são respeitados no Brasil?

Poran: A Constituição é linda, é pra ficar emocionado com o que está escrito lá. Os artigos 231 e 232, dos índios, significam um avanço. Porém, não foram colocados em prática. Tinha um prazo até 1993, cinco anos após a promulgação da Constituição, para demarcar todas as terras indígenas do Brasil e já se passaram mais de 25 anos. Tem terras que, naquela época, já eram reconhecidas como indígenas e,

até hoje, não foram demarcadas e não vão ser tão cedo, com a atual conjuntura política. O que a gente vê é que existe falta de vontade política de se fazer cumprir os direitos indígenas. **As leis no Brasil, infelizmente, respondem aos interesses financeiros, não ao interesse do bem viver, de assegurar uma vida digna para todos.** Hoje, os direitos indígenas no Brasil estão sofrendo ameaças justamente pelas leis. **São leis ameaçando leis.** Você tem propostas de emendas à Constituição e projetos de lei ameaçando diretamente os direitos indígenas, o direito do quilombola, o direito do cigano... De um modo geral, todos respondendo aos interesses econômicos. É o Brasil crescendo e nós, desde 1500, continuamos sendo “a pedra” no desenvolvimento do Brasil. A gente precisa conhecer mais o que está acontecendo, de fato, no Brasil e quais são os interesses por trás dessas mudanças.

Descolad@s: Como a juventude indígena se coloca nesta conjuntura?

Poran: Existem os jovens que têm esse perfil de querer lutar e participar e também jovens que têm essa

vontade de sair da aldeia, aqueles que não querem mais ser indígenas da forma tradicional. O desafio para a juventude de hoje é justamente a organização. Já existe um reconhecimento hoje. Os líderes falam que temos que empoderar a juventude para haver a continuidade da luta. Mas ainda precisamos organizar esse poder de luta. Outra coisa é que a juventude indígena está entrando nas universidades e **a universidade é um ambiente totalmente avassalador. A universidade consegue roubar nosso espírito. Se você entra na universidade com dúvida de quem você é, sai de lá totalmente modificado. A universidade "desespiritualiza" você.**

Descolad@s: Por que acontece tanto conflito de terra envolvendo indígenas?

Poran: Os Guarani-Kaiowá são, para mim, os povos que mais sofrem no Brasil. São quase 400 assassinatos deste povo de 2003 até hoje. Não existe uma força e nem vontade política de resolver a situação. Um professor da UnB falou que as terras do Mato Grosso do Sul e do Paraná são consideradas as mais produtivas do mundo. Não é só o Brasil que tem interesse lá, é o mundo. Eu estive em Campo Grande na semana passada e fui até Sidrolândia, bem pertinho de Dourados, lá até o povo Terena. Eu fiquei assustado com o que eu vi na BR. São mais de 120 km e toda a extensão da margem da rodovia tem acampamentos. E atrás dos acampamentos existem enormes plantações de grãos, soja, trigo. Como é que uma pessoa só é dona dessa imensidão de terras? Como é que o governo diz que não existe desigualdade e que a questão de moradia está sendo resolvida? Fiquei assustado. Só têm valor as plantações e os grãos que não são para alimentar o Brasil **Para nós, indígenas, não se separa terra e índio. Temos esse vínculo. Não é a terra que me pertence. Eu é que**

pertencço à terra. Eu pertencço a esse espaço. Aqui tem raízes minhas que me fazem permanecer aqui, que me fazem morrer por isso aqui. Por isso que muitos falam que a terra é a mãe.

Descolad@s: Existe alguma coisa que a gente pode fazer para mudar isso?

Poran: Divulgar mais a realidade. Hoje, as redes sociais contam muito, já que ir para as ruas está sendo tão mais difícil do que antes. A juventude precisa conhecer mais e aprender sobre a história das lutas do Brasil, não só a indígena. A galera que acompanhou a ditadura, o voto direto... essa galera lutou, levou porrada por um ideal e conseguiu. Talvez porque não tínhamos nascido na época e não acompanhamos isso, a gente não sabe e acaba achando que está tudo perfeito. Mas acho que é necessário lutar, se unir por ideais, mas ideais coletivos. Se a gente começar a pensar coletivamente, percebe que a nossa briga não é contra os gays, não é contra negro, não é contra índio. É contra o sistema que está dado. Ou a gente se junta ou nós vamos ser mais atropelados do que já fomos.

Descolad@s: Nós somos muito materialistas. Para vocês, o que significa "viver bem"?

Shirlene: Na aldeia, não tem muito esse negócio de um querer ganhar mais que o outro, querer mais que o outro, apesar da coisa estar mudando. Lá, o interesse mesmo é estar bem na coletividade da aldeia, sem nenhum problema, sempre estar ajudando um ao outro. Manter a cultura preservada, as tradições, ensinar os mais jovens. Diferente daqui, que simplesmente é ter dinheiro, ter coisas. **Viver bem lá é ter liberdade, estar ali vivendo com o próximo, tendo as coisas no dia que você quiser, você poder colher aquilo que come.** Há muitas ameaças lá agora, porque querem tomar nossas terras. Mas, lá, a liberdade é o principal fator para você viver e estar bem com todos.

A BAIXA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO VIOLA DIREITOS E AMEAÇA A PRÓPRIA EXISTÊNCIA DOS POVOS

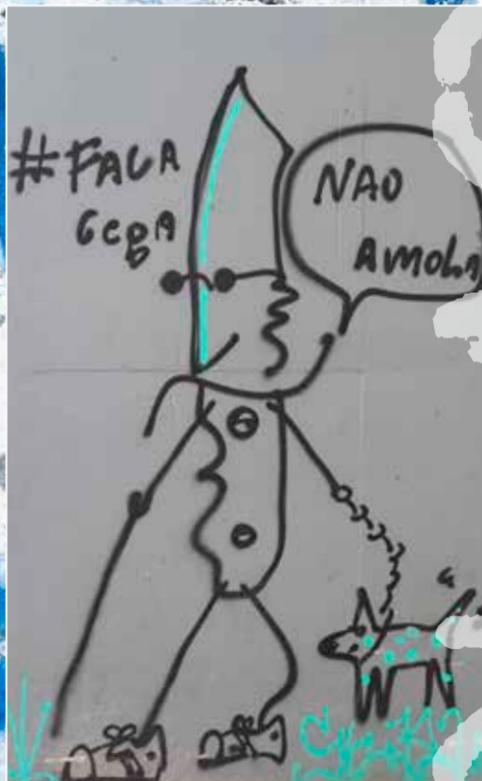
Não ter acesso à água potável, ao saneamento básico, à educação, à proteção, à moradia e à saúde constitui uma clara violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas os povos indígenas são ainda mais violados. A mistificação negativa de suas culturas acarreta preconceitos fundamentados no total desconhecimento sobre a sua história, seus modos de vida, suas cosmologias, etc.

Só para se ter uma ideia, do orçamento reservado para fiscalização e demarcação de terras indígenas, foram executados apenas 34,12% no ano de 2014. Já para gestão ambiental em terras indígenas, foi gasto apenas 1,71% do valor previsto para o mesmo ano.

É uma atrocidade negar a terra a quem tem uma vinculação identitária e espiritual com ela, a quem se sente parte dela há séculos e precisa dela para ser quem é. E negar direitos, devido à ganância, é ainda mais desumano.

Infelizmente, essa é a desafiadora realidade dos povos indígenas no Brasil, em pleno século XXI. E, por isso, como nos últimos 515 anos, eles continuam sendo símbolos de força e resistência.

TIRE
SEU
ROSÁRIO
DOS
NOSSOS
OVARIOS

SOMOS
MULHERES
NÃO
MERTADERIN

O AMOR
PRÓPRIO É
REVOLUCIONÁRIO.
AME-SE!

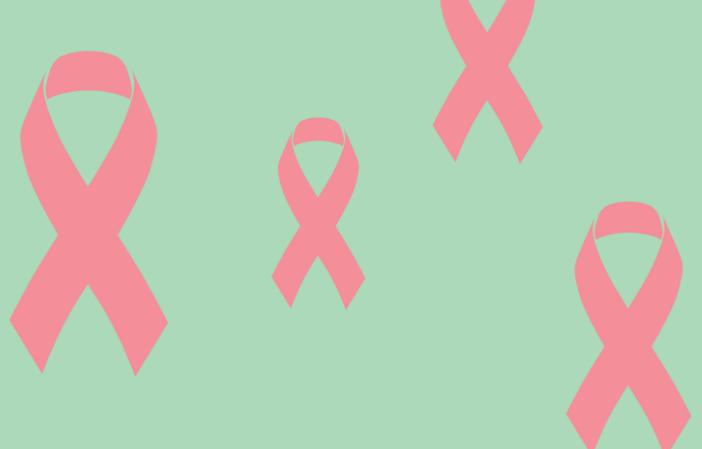


Vera cidade

NÃO ao
RETROCESSO
FUNDAMENTALISTA!

QUE EU
NASCI NO
BAMBA
E NÃO
POSSO
PARAR...





Quadruplicar os cuidados e o amor

Maria Castanho Ansarah -16 anos

Sentir desejo e prazer é muito bom, né gente? Quem não gosta? A sexualidade é uma coisa natural e normal, que faz parte do dia a dia da vida das pessoas em todas as etapas de nossa existência. E em pleno século XXI, a gente não deveria ter mais nenhum tabu para tratar desta questão. Mas, na verdade, ainda temos, e muitos... Até hoje, por exemplo, muitas mães e muitos pais se sentem constrangidos/as e evitam falar sobre temas vinculados à sexualidade com suas filhas e seus filhos. A escola, tradicionalmente, também não aborda de modo aberto este assunto. O negócio é que, assim, toda a sociedade sai perdendo, simplesmente porque a desinformação, a falta de debate e a ausência de "papos retos" sobre o sexo e nossas atitudes em relação a ele podem causar inúmeros aborrecimentos, gravidez precoce ou indesejada e algumas doenças sérias, como a Aids (sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) ou Sida (em português). Na década de 1980, quando muitos de nossos pais e mães eram jovens, aconteceu o *boom* da Aids. De repente, para a geração deles, toda a liberdade sexual conquistada 20 anos antes estava seriamente comprometida. As jovens e os jovens ficaram com medo porque, assim que foi descoberto o vírus HIV, em 1984, a Aids era considerada quase uma sentença de morte. Atualmente, ela não é mais tão assustadora assim e, felizmente, é possível ser soropositivo e viver com qualidade de vida, namorar, casar e até ter filhos. Para isso, é preciso tomar os medicamentos indicados e seguir corretamente as recomendações médicas com muito rigor. De qualquer modo, essa condição impõe algumas restrições e bastante disciplina a quem vive com o HIV. Ou seja, não é tão simples assim!

Segundo dados do Unids, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, divulgados em julho de 2015, o número de adolescentes com Aids cresceu muito: a cada três pessoas infectadas em todo o mundo, uma tem entre 15 e 24 anos. No Brasil, a preocupação é com os garotos de 15 a 19 anos. O número de casos nessa faixa etária aumentou 53% de 2004 a 2013, sendo que, nas mulheres, aumentou em 10,5% nesse mesmo período. E uma informação que deve chamar a nossa atenção é a de que 1/3 dos soropositivos no Brasil não sabem que são portadores do vírus.

De acordo com um outro estudo, feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e divulgado no dia 27 de novembro de 2015, o número de mortes de adolescentes por causa da Aids triplicou nos últimos 15 anos, sendo esta a segunda principal causa de morte entre adolescentes de 15 a 19 anos em todo o mundo. **Entre as populações afetadas pela doença, os adolescentes são o único grupo cujos índices de mortalidade não estão caindo.**

A cada hora ocorrem 26 novas infecções no mundo entre adolescentes dessa faixa etária. É bom chamar atenção para o fato de que a transmissão vertical (de mãe para filho) pode ser evitada com um acompanhamento de pré-natal adequado.

É justamente na adolescência e na juventude que a maior parte de nós começa a lidar com os nossos desejos e que sentimos aflorar mais intensamente a vontade de transar. Além da importância de se informar e de usar métodos contraceptivos, é essencial que a gente perceba que o prazer é um direito dos meninos e das meninas.

Então, precisamos ter alguns cuidados e questionar algumas situações. Como saber se eu e meu parceiro ou minha parceira somos ou não portadores? Podemos confiar totalmente em nossos/as parcei-

ros/as no início das relações sexuais? Quais são as melhores formas de a gente se prevenir? Quais são os comportamentos que me colocam em uma situação de risco? E se um dos dois for soropositivo/a, como fazer para garantir que o/a outro/a parceiro/a não se contamine? O que fazer quando descobrir que o meu parceiro ou a minha parceira tem o vírus? Enfim, como podemos viver o desejo e desfrutar do prazer de modo protegido?

O primeiro cuidado é bastante básico – e todo mundo já sabe: é preciso usar a camisinha! Pode parecer chato ficar batendo nesta tecla, mas essa atitude é necessária e fundamental, já que a camisinha, usada em todas as relações sexuais, é a principal forma de se prevenir contra as doenças sexualmente transmissíveis. E como diz Beatriz Pacheco, uma "HIVó" (como essa avó ativista contra a Aids se define):

"Usar camisinha é difícil?"

Viver com HIV é bem pior".

Também é importante saber que mesmo o sexo entre dois soropositivos deve ser feito com camisinha. Isso porque existem vários tipos de vírus HIV (além de outras doenças). Então, uma das pessoas pode ter um tipo mais resistente de vírus, que demanda um remédio mais forte do que o do/a parceiro/a. A que tem o vírus mais forte acaba passando para a que tem o mais fraco, que fica infectada com o novo vírus e tem que mudar todo o seu tratamento.

Não vamos nos aprofundar em outros métodos preventivos. A ideia aqui é lançar a sementinha da compreensão e da necessidade do "cuidado" consigo e com o/a outro/a. E de todos/as nós adotarmos atitudes amorosas, que garantam o nosso prazer por muuuuito tempo e de modo seguro.

E, gente, o que importa mesmo é não discriminar as pessoas, é acolher, é conversar e nunca ter medo de amar.

É só estarmos atent@s...

Esta síndrome, denominada Aids, se caracteriza por enfraquecer o sistema imunológico (a defesa do corpo), deixando o organismo mais vulnerável ao aparecimento de doenças oportunistas, que podem variar de um simples resfriado a infecções mais graves, como tuberculose, pneumonia ou câncer. As formas de contágio são, principalmente, sexo desprotegido, transmissão de sangue, compartilhamento de seringas e reutilização de objetos que possam perfurar ou cortar.



PROSA E POESIA

Eu existo

Walisson de Souza

7:30 da manhã.
Acordo, levanto, escovo e penso:
Primeiro momento da vida real.
Eu tenho um caminho inconsequente:
Continuar seguindo fora do normal.
A existência humana me perturba um pouco,
Me desaparafusa e me faz pensar:
"Por que pessoas tão loucas, meu Deus,
Habitam o mesmo lugar?!"
Olho pro lado, pra frente, pra esquerda e
pra direita:
O que vejo são máquinas vestidas de preto
e branco,
Com pasta e papel na mão, andando de um
lado pro outro,
Sem ao menos uma noção,
De que a vida é bem mais bela quando vivi-
da com emoção.
Deito no chão e fico a pensar:
"Por que eu não me encaixo nesse lugar?"
Quanto mais matuto, mais insisto:
"Será que Descartes estava certo com seu:
'Penso. Logo, existo'?"
Eu fiquei quebrando a cabeça.
Tudo isso por um motivo:
Porque o tema que me deram
Foi o existencialismo.

Halls

Luiza Midlej

e quando a dor apertava
ela chupava halls preto
pra ver se ardia na boca
ao invés de arder no peito

Nosso

Luiza Midlej

tudo o que é meu é meu
tudo que é seu é seu
tudo que é amor é nosso

Eu inventei o mundo

Thais Oliveira

eu inventei um mundo onde todo mundo
brinca igual criança, e nunca cansa onde a
gente toca, canta, dança e sonha
onde ninguém te julga por simplesmente
ser o que é
um mundo onde todo mundo te ama por
você ser o que você é
um mundo onde as pessoas se abraçam
apertado, esmagado
onde todos são diferentes, mas são
respeitados.
eu inventei um mundo onde sempre cabe
mais, onde as pessoas acolhem,
acalmam e cuidam
onde as pessoas dividem, partilham e
ajudam
um mundo onde as pessoas sorriem umas
para as outras sem ao menos ter motivo
um mundo onde as pessoas retribuem esses
sorrisos.
eu inventei um mundo onde todos torcem
um pelo outro
um mundo em que as pessoas se
colocam no lugar do outro e entendem,
compreendem o que eles sentem.
eu inventei um mundo onde só existe afeto,
onde amar é maior que o mar e que a gente
sente o amor só em respirar.

Há tiros

Kiko Sena

sempre sem sorte
sem medo ou morte
sem corte na água
sem porte de droga
coitado, sem sorte
sem fome que passa
sem futuro que brilha
coitado, é pobre
é pobre e sem sorte
não estuda, mas luta
pra escapar da morte
da seca, da fome
do pão que não tem
do feijão que lhe falta
da água barrenta
que mata, que mata
sem letras, nem nome
sem trabalho, assume
que trafica pra viver um pouco
ganhar um troco
comer biscoito
pra depois morrer em si
drogar-se
viciar-se
sumir, sumir.
sem sorte
o coitado mata
e não morre
cem mortes
ou mortos
que os ratos comeram
roeram
sumiram
fugiram
Tiro! Tiro! Tiro!

Coleções

Diana Nunes Belloni, 10 anos

Existem várias coleções:
de tampinhas, de bonecas,
até de partidos corações,
de meias e de cuecas.
Eu também coleciono
coisas que eu procuro,
que me tiram o sono
ou deixam o coração puro.
Guardo algumas coisas no armário,
outras na caixinha de segredo;
palavras no vocabulário,
tristezas atrás do medo.

Lágrimas

Beatriz Nery

Lágrimas como tinta a óleo
– nunca secam, sobrepostas
Na tela fina da memória

Noite

Beatriz Melo Franco Nery

A noite anoiteceu
Mas não te trouxe para mim
Não sei o que aconteceu
Não te quero longe assim

Soneto

Beatriz Nery

Alma inquieta
Pede calma secreta
Que o amor
Baixinho e completo
Traz no soneto
De seu sussurro discreto

Onde falta chuva sobra mito

Ainda que o Brasil seja o país com o maior reservatório natural de água doce e potável do mundo, a discussão sobre a sua gestão recai, inevitavelmente, sobre políticas ineficientes e que não asseguram a preservação deste valioso bem natural. E, sim, a discussão toma uma proporção maior. Veja por quê.

Israel Victor de Melo - 20 anos

“Levando em conta o papel fundamental que desempenha na vida das sociedades, a água tem uma forte dimensão cultural. Sem compreender e estudar os aspectos culturais dos problemas ligados à água, será impossível chegar a uma solução durável. [...] A água doce é necessidade básica de todos os seres humanos e essa necessidade pode ser interpretada de diferentes formas pelas diversas culturas. De maneira geral, nas sociedades tradicionais, a água (rios, cachoeiras, chuva e outras formas) é um bem da natureza, muitas vezes dádiva da divindade responsável pela sua abundância ou pela sua escassez” (*Água e Diversidade Cultural, Declaração Ministerial, 3º Fórum Mundial da Água, 22 de março de 2003*).

Historicamente, devido a uma série de eventos climáticos e geográficos, agravados por um processo de colonização fundamentado na exploração radical dos recursos naturais, a região Nordeste convive com uma situação de extrema seca. No entanto, há alguns anos, outras regiões vêm sofrendo com a escassez de chuvas. Atualmente, a área mais rica do país, o Sudeste, padece pela falta d'água em seus reservatórios. A discussão volta à tona para alertar a sociedade (e, mais especificamente, órgãos públicos de gestão e empresas) a repensar o uso irracional dos recursos hídricos.

Segundo os governos e as empresas de gestão hídrica, a falta de chuva é o principal motivo para a escassez de água nos reservatórios. No entanto, não é só a chuva, porque a má gestão dos recursos

“Lá na pedreira | Rola da cachoeira
Uma água forte (...) Água de beber
Água de molhar | Água de benzer
| Água de rezar”

(*Água de Cachoeira, de Jovelina Pérola Negra, Labre e Carlito Cavalcante*)

<http://apublica.org/2015/05/finalmente-os-contratos-de-demanda-firme/>

hídricos é preponderante para este desequilíbrio. O real problema está no fato de que grande parte [mais de 90%] do destino destes recursos hídricos vai para o agronegócio e as indústrias. Menos de 10% é de consumo residencial. Ou seja, os consumidores e as consumidoras são os que menos utilizam a água destes reservatórios, apesar de pagarem mais caro por ela. O racionamento de água em determinadas regiões, como em São Paulo, por exemplo, começou em fevereiro de 2014. Sabemos que este racionamento atinge especialmente os mais pobres. Segundo reportagem de *A Pública*, que teve acesso a esses dados, apenas dez empresas utilizam 412 milhões de litros de água por mês, que são suficientes para o abastecimento de 20 mil famílias ou 82 mil pessoas. Apenas a Telefônica tem reservados 55,8 milhões de litros de água mensais. Tais empresas ainda pagam tarifas com valores abaixo do que é cobrado dos consumidores residenciais. Mesmo não havendo nenhum fabricante de refrigerantes nesta lista dos 10 maiores consumidores, este produto é um exemplo do uso excessivo de água em seu processo de produção. Segundo dados da organização *Water Footprint Network*, são necessários cerca de 210 litros de água para cada 1 litro de refrigerante gerado: 200 litros para a produção do açúcar, 1 litro para o preparo da bebida e outros 10 para a produção da garrafa. A carne bovina é outro produto que utiliza uma quantidade assustadora de água em sua produção.

Para produzir cada quilo, são necessários 15.400 litros de água!

Como se não bastasse o péssimo destino da água para a indústria e o agronegócio, 36% da água da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) é desperdiçada por conta da falta de manutenção e cuidado com seus reservatórios, de acordo com uma pesquisa divulgada, em agosto de 2014, pelo *Instituto Trata Brasil*, com base em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Por fim, é recorrente ouvirmos nos rádios, na TV e na internet que a manutenção da água exige que consumidores e consumidoras repensem suas práticas de uso e reduzam drasticamente seu consumo. Sem dúvida, tal ação é necessária, mas seria realmente esta a real solução?

Na verdade, muito se fala em desenvolvimento sustentável, sendo que a natureza tem um papel importante para a continuidade da economia sólida do país. Cabe aos governos, às empresas de gestão e às indústrias (além, evidentemente, das empresas do agronegócio, entre outras) consumir e gerir a água de maneira mais consciente. Caso contrário, a dança da chuva terá que ser incorporada em suas práticas, para a garantia da própria vida.

<http://www.tratabrasil.org.br/sabesp-perde-36-da-agua-e-trata-52-do-esgoto-em-sp-diz-instituto-8>

PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	DISPONÍVEL
	5.000	750	0	0	0
	50.000	4.500	0	0	0
	0	26.605	23.472	21.472	3.133
	10.000	36.901	34.331	24.727	2.570
	20.000	38.000	35.000	35.000	0
	0	615.478	615.478	442.153	0
	5.000	39.774	38.684	38.684	340
18.122.6006.8517.9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - PLANO PILOTO	400.000	1.181.955	1.181.955	1.069.801	0
	2.236.553	1.766.070	1.753.460	1.257.346	12.610
	531.170	513.292	484.369	283.220	2.283
	0	372.012	372.012	234.265	0
	0	256	0	0	256
	0	220	220	220	0
	171.352	52.652	90	90	0

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas referente à Lei Orçamentária Anual (LOA/2015) do Distrito Federal. Relatório emitido em 18/11/2015. Valores em R\$ 1,00.

Violência como espetáculo



Leiliane Vieira - 20 anos
e Lucas Daniel - 20 anos

A “grande” mídia – ou a mídia empresarial – é a principal fonte de informações da população que recorre aos jornais impressos, às revistas, ao rádio, aos telejornais e à internet para saber o que está acontecendo na sua cidade, no estado, no país e no mundo. Sendo assim, a mídia, teoricamente, é um método democrático que proporciona o conhecimento sobre os principais fatos e acontecimentos da atualidade em todo o planeta.

Tendo como papel prioritário informar as pessoas, os meios de comunicação acabam por exercer um outro – e imensurável – poder: o da persuasão. Não é novidade a influência que os principais telejornais do país exercem sobre a população brasileira.

Quando os veículos da mídia publicam a sua posição como se fosse uma notícia objetiva, sem deixar claro que se trata de uma opinião e sem assumir os interesses por trás daquela abordagem, eles manipulam a informação. E, podemos afirmar que, enganam aqueles que confiam na mídia.

Grande parte da imprensa aborda de modo superficial questões polêmicas, que necessitam de atenção especial e de profun-

didade, como, por exemplo: o aborto, a homossexualidade, a transexualidade, a redução da idade penal, os linchamentos, o racismo, as questões indígenas, a reforma agrária, os movimentos sociais e a reforma política, entre outros assuntos.

Nesse contexto, merece destaque a cotidiana espetacularização da violência, que a mídia, principalmente a televisiva, impõe aos telespectadores. E faz isso sem qualquer compromisso com o respeito aos direitos humanos, sem a realização de debates mais fundamentados e análises sérias sobre os fatos ocorridos.

Quando ligamos a televisão, podemos testemunhar que muitos apresentadores insistem em aplaudir violentas ações policiais e reforçam o tratamento preconceituoso (chamando os adolescentes de “menores”), assim como, frequentemente, ridicularizam as pessoas em situações vulneráveis.

Um dos mais infelizes exemplos é o que a apresentadora Rachel Sheherazade (SBT) defende como “justiceiros”, alegando o direito de “legítima defesa” dos “cidadãos de bem” diante de supostos crimes. Esse tipo de atitude contraria qualquer

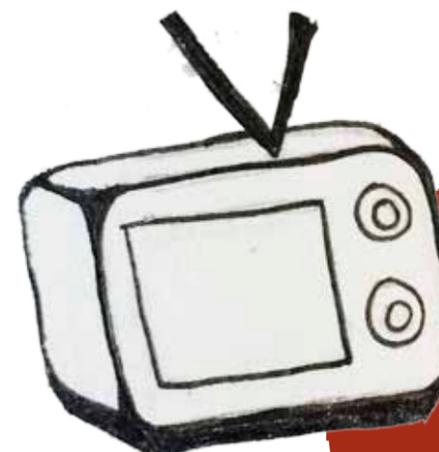
referência ética, estimula a organização de milícias, propõe que se faça a justiça com as próprias mãos e despreza as instituições públicas. A mesma jornalista, quando condena uns (meninos pobres e negros) sem a comprovação da prática de qualquer delito, absolve outros, deixando livre e protegido, por exemplo, um jovem cantor estrangeiro que transgride normas sociais com a proteção de sua segurança privada.

O que dá a alguém o direito de fazer justiça com as próprias mãos? O que lhe dá o direito de humilhar, torturar ou matar outra pessoa? Qual a diferença entre um “cidadão de bem” e o “marginalzinho”? Esta é a questão: ninguém tem esses direitos!

Hoje, vivemos em uma sociedade na qual pretende-se que o direito individual se sobreponha ao direito de todas as pessoas. Por isso, é necessário questionar os porquês de qualquer situação e não confiar em notícias que relatam, de modo enviesado, apenas um fato, ignorando todo o histórico e o contexto social dos envolvidos.

Não podemos ficar reféns do que a mídia nos oferece. Temos que ir além da informação rasa para saber o que aconteceu e por que aconteceu, pois a mídia mascara a realidade de acordo com seus interesses políticos e econômicos. O espetáculo atrai mais público e, conseqüentemente, lucro.

Então, antes de julgar um “marginal”, é preciso considerar que aquela pessoa, como qualquer outra, mesmo estando em uma situação de conflito criminal, é detentora de direitos.



O AMOR É O QUE IMPORTA

Gabriella Dias dos Santos - 22 anos

"Ter duas mães é normal, ué! Quando meus colegas me perguntam, assim ó, se tenho duas mães [arregalando os olhos], falo que sim e que é porque Deus foi tão bom comigo que me deu duas mães que me amam muito e eu também amo!"

Gustavo, 9 anos

Cada vez menos, a concepção de família limita-se ao conceito tradicional de um grupo social formado por pai, mãe, filhos e filhas. Em um número crescente de países, as famílias assumem variadas possibilidades de laços e interações. Uma família pode ser composta por um pai solteiro com um/a ou mais filhos/as; uma mãe solteira com um/a ou mais filhos/as; dois pais e filho/a(s); duas mães e filho/a(s); uma criança ou um/a adolescente e avó e avô; avós, mães e filho/a(s); um pai, uma mãe e filho/as; uma tia, um sobrinho, uma avó; um homem e uma mulher; duas mulheres; e dois homens, entre outras tantas possibilidades. Quem de nós não conhece famílias assim? Diferentes umas das outras...

No Brasil, a diversidade de arranjos familiares também é grande, mas até hoje ainda é comum que as pessoas sejam vítimas de preconceitos e intolerâncias quando constroem famílias que fogem da estrutura tradicional. Um exemplo disso é a dificuldade que casais homoafetivos têm para registrar seus filhos e suas filhas no cartório ou para adotar uma criança ou adolescente.

Uma pequena vitória

O casamento igualitário ou homoafetivo passou a ser reconhecido no Brasil em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, julgou ações de constitucionalidade e decidiu que a união entre pessoas do mesmo sexo, assim como a união entre pessoas de sexos diferentes, pode ser convertida legalmente em casamento. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu uma resolução que proíbe que as autoridades competentes se recusem a habilitar ou celebrar casamento civil e, até mesmo, a converter a união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. Contudo, esse entendimento do STF e do CNJ continua sendo confrontado por membros do Judiciário e do Congresso Nacional, que insistem em negar direitos e aprovam leis discriminatórias.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, garante em seu artigo 39 que a adoção pode ser feita por casais em união civil e/ou estável. Ou seja, a lei brasileira não impede que casais homossexuais tenham direito à adoção. No entanto, o fato de não existir previsão legal explícita que autorize a adoção de crianças e adolescentes por casais formados por pessoas homoafetivas possibilita que muitos juízes se apeguem a esse "vácuo" legislativo para negar esse direito.

Um caso que gerou grande repercussão em relação a este tema em todo o país foi a disputa judicial que envolveu a companheira da falecida cantora Cássia Eller, Maria Eugênia Vieira Martins, e o avô materno, tendo como foco da disputa a guarda do filho das duas, Francisco (o Chicão, como ele é carinhosamente conhecido).

Cássia teve Chicão durante o relacionamento que ela manteve, por catorze anos, com Eugênia. Quando Cássia faleceu, em 2001, o pai dela solicitou a guarda. Eugênia contou em entrevista à revista *Descolad@s* que passou por dez meses bastante desafiadores e difíceis.

Família da Christiane Rezende
Foto Sylvia Vartuli

"Logo no início do processo, quando eu ainda tinha muitas dúvidas sobre o resultado, a sensação era de muita apreensão, revolta e incredulidade. Como a Justiça pensava em tirar daquela criança a única família que ela conheceu? Como fazer para seguir a vida sem minha companheira e meu filho? Muitos advogados disseram para eu desistir, pois a Justiça brasileira era muito machista e convencional. Mas a verdade da nossa família e do nosso afeto prevaleceu". No dia 31 de outubro de 2002, o juiz da Vara de Órfãos do Rio de Janeiro concedeu a tutela definitiva de Chicão para Eugênia. Ela esclarece que não houve uma decisão judicial que tivesse criado uma jurisprudência, pois, ao final, foi feita uma conciliação entre as partes

envolvidas, mas ela acredita que todo o processo abriu um precedente importante.

"Foi um caso emblemático no sentido de ressaltar o caráter afetivo de uma relação de mãe e filho que deveria ser preservada, independentemente de ser proveniente de uma relação homossexual. Considero esse o maior ganho na época, o despertar das pessoas para o afeto que existe nesse tipo de relação", revela Eugênia. É isso! Ter duas mães, dois pais, uma mãe solteira, um pai solteiro, ser criado pela avó, pelo tio... não importa. O que realmente importa é que a criança e o adolescente cresçam e se desenvolvam em um lar acolhedor, repleto de afeto e em segurança.

DIREITOS AMEAÇADOS

Embora alguns avanços tenham sido conquistados em relação aos direitos de casais homoafetivos, existe atualmente uma ameaça que pode ferir essas conquistas. Trata-se do Projeto de Lei (PL) 6.583/2013, denominado de Estatuto da Família, que está tramitando na Câmara dos Deputados e que não considera como entidades familiares os arranjos diferentes da concepção de um grupo formado por um homem, uma mulher e seus/suas filhos/as.

Christiane Resende, coordenadora da KNH Brasil Regional Sudeste e Centro-Oeste, considera que "isso significa negar não somente os direitos de todos nós, mas principalmente de nossos filhos, nossas crianças. Como elas serão tratadas na escola,

no trabalho, onde quer que seja? Essa decisão, se assim for tomada, reforça uma total falta de amor ao próximo, gerando ainda mais ódio na vida em sociedade e um retrocesso na história dos Direitos Humanos no Brasil. Será um futuro lamentável". Na opinião de Eugênia, existe uma parcela da população brasileira que não admite as conquistas dos casais homoafetivos. "Estamos em um processo de aperfeiçoamento das questões da sexualidade. No meu entender, este é um caminho sem volta, que pode até apresentar algum recuo pontual, mas que vai avançar, apesar dos fundamentalistas. Eles passarão; nós, passarinhos", conclui ela, parafraseando o poeta Mário Quintana.

POSSÍVEIS AVANÇOS

Por outro lado, cabe ressaltar que, em paralelo ao projeto discriminatório do Estatuto da Família, em 2013, foi apresentado no Senado Federal o Estatuto das Famílias (PLS nº 470/2013, da senadora Lídice da Mata) e, recentemente, também na Câmara, o Projeto de Lei (PL) nº 3.369/2015, do deputado Orlando Silva, que – entre outras garantias – também reconhece todos os arranjos familiares. Além disso, o deputado Jean Wyllys e a deputada Érika Kokay devem apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que

altera o artigo 226 da Constituição Federal para deixar explícito o que o Direito já reconhece: o casamento civil igualitário. Segundo o texto da proposta, "ele [o casamento] será realizado entre duas pessoas e, em qualquer caso, terá os mesmos requisitos e efeitos, sejam os cônjuges do mesmo ou de diferente sexo".

Com uma legislatura tão conservadora, não será fácil fazer esses projetos avançarem. No entanto, eles são necessários para que, efetivamente, sejam garantidos direitos iguais e dignidade a todos e todas.

PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	DISPONÍVEL
13.422.6219.4090.3356 - (EP) APOIO A EVENTOS DE ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA	0	0	0	0	0

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas referente à Lei Orçamentaria Anual (LOA/2015) do Distrito Federal. Relatório emitido em 18/11/2015. Valores em R\$ 1,00.



COMUM DE DOIS

MODA ANDRÓGINA

Iana Mallmann - 19 anos
e Lucas Miguel Salomão Meireles - 20 anos

Quando chegamos ao mundo, somos reconhecidos/as pela sociedade como mulher ou homem. Infelizmente, isso é colocado de acordo com a nossa genitália. Se nascemos com uma vagina, somos reconhecidas como mulher. Por outro lado, se nascemos com um pênis, somos reconhecidos como homem. A partir daí, há uma construção social dentro e fora de casa, sendo que as meninas recebem um mundo todo cor de rosa desde o berço, e os meninos encontram um mundo completamente azul.

Será que só existe essa possibilidade? A humanidade é mesmo dividida em apenas duas formas de ser?

Será que meninas só devem usar saias, blusas e vestidos cheios de babados e laços? Os homens precisam mesmo usar aquelas ditas roupas de "macho", como bermudas e camisas largas, e nunca chegar perto da cor rosa?

Existem pessoas que transitam entre os gêneros,

misturam o masculino e o feminino e transcendem os modelos que nos são impostos. Essas pessoas exercitam a liberdade de brincar e de experimentar sem a preocupação de que devem se encaixar em padrões que reduzem o ser humano a um modelo de gênero. A androginia é essa mistura de características femininas e masculinas em um único ser ou uma forma de crescer algo que não é nem masculino nem feminino, mas sim ambos.

O mundo da moda é rodeado de luxo, *glamour* e luz, mas não podemos nos esquecer de que o mundo "real" não é assim. Existem preconceitos, discriminação e violência contra aqueles que ousam.

O mercado da moda mundial começa a abrir suas portas às diversidades, mas na maioria das vezes de uma forma a reforçar estereótipos e perpetuar padrões. Mesmo assim, essa abertura é importante, pois introduz novos jeitos de se vestir, apresenta alternativas e, aos poucos, muda costumes,

mesmo que a gente saiba que o que está nas telas, nas passarelas ou nas revistas especializadas nem sempre circula tranquilamente pelas ruas. E é importante o mundo conhecer e apreciar outras formas de beleza e respeitar a liberdade de cada um.

Baton, saia, gravata, calcinha, bermuda, sutiã, terno, espartilho, cueca, salto alto, sapato, tênis, samba-canção, meia calça, camiseta, vestido ou calção...

É de homem? É de mulher? Não importa... É de quem quiser!

Quis se recriar, quis fantasiar
No quarto de vestir
Despiu-se do pudor

Quis se adornar, quis se enfeitar
Vestido e salto,
Enfim pra si tomou

Se transformou
Se arriscou
Se reinventou e gostou
Ele se transformou

Precisou correr
Uma vida pra entender
Que ele era assim, um comum de dois

(Comum de Dois, Pitty)

TRÁFICO DE PESSOAS: A VIDA COMO MERCADORIA



Fábio William da Silva Pereira - 20 anos
e Jéssica Pereira da Silva - 20 anos

O que seria o tráfico de pessoas? De acordo com o Protocolo de Palermo – elaborado no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, na Itália, ratificado pelo Brasil em 2004 –, o tráfico de pessoas significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação. A principal característica, para se compreender este crime, é que uma pessoa é transformada em mercadoria e, geralmente, o aliciamento do traficante ocorre a partir do oferecimento de uma vida melhor e mais fácil para a pessoa que se torna a vítima deste tipo de tráfico.

No Brasil, a tipificação de tráfico de pessoas ainda está prevista no Código Penal apenas nos casos de tráfico interno e internacional para fins de exploração sexual (artigos 231 e 231-A), deixando legalmente desamparadas diversas outras formas de exploração possíveis, como o trabalho forçado de crianças e adolescentes, a adoção ilegal e o roubo de órgãos. Em 2014, o Senado Federal aprovou o Substitutivo do Projeto de Lei nº 479/2012, que estende a tipificação criminal desta forma de tráfico para incluir também o trabalho escravo e a remoção de órgãos. Essa ampliação representa um importante avanço, mas até o presente momento ela não foi encaminhada para a Câmara dos Deputados.

Este tipo de violação de direito está cada vez mais evidente em todas as regiões do planeta, pois a própria mundialização do capital, que deixa algumas áreas cada vez mais pobres, também ajuda a disseminar e a dar visibilidade para esta realidade. Atualmente, milhões de pessoas estão vivendo em situação de escravidão e, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o tráfico de pessoas tem ocorrido com mais frequência entre países próximos e dentro das regiões, como ocorre hoje na América Latina. O Brasil, por exemplo, além do tráfico interno, também tem gente de outros países latinos sendo traficados para cá.

As pessoas mais afetadas são aquelas que vivem com menos direitos, com mais desigualdade, afetadas pela situação social e econômica, ou seja, uma realidade que as privou de possibilidades concretas de uma existência digna e de um trabalho de direito pleno. São pessoas que, em busca de uma vida melhor, acabam caindo no cerne deste sistema, que prioriza o lucro acima da própria vida.

As motivações para o tráfico de crianças e adolescentes, geralmente, são a adoção ilegal, o

tráfico de órgãos e a exploração do trabalho infantil, incluindo a exploração sexual e promessas de carreiras no futebol ou como modelos e dançarinas, aproveitando-se dos sonhos das famílias e das crianças e jovens.

Segundo relatório da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, entre 2011 e 2013, foram feitas 518 denúncias de pessoas traficadas. Somente em 2013, os alarmantes dados registram que 91,5% das vítimas com idades informadas eram crianças e adolescentes; 73,3% dos casos com sexos informados eram de mulheres; e 57,5% dos casos com descrição de cor/raça referiam-se a vítimas brancas.

Desse modo, fica explícito que o maior número de vítimas compreende meninas e mulheres, evidentemente tratadas como objetos. Em um caso emblemático divulgado em abril deste ano, meninas quilombolas da comunidade Kalunga, localizada em Cavalcante, na Chapada dos Veadeiros (GO), foram submetidas a trabalho doméstico forçado em fazendas e expostas a diversos tipos de violência. Os casos mais graves referem-se a estupros, que, na maioria dos casos, são cometidos pelos patrões (leia mais no quadro, na página 63).

Outro grupo visado pelo tráfico humano é o de jovens travestis, especialmente aqueles que estão em fase de redesignação corporal, quando são vítimas de preconceito, especialmente no período em que esses jovens estão assumindo sua orientação sexual e necessitam de acolhida e compreensão. “O que ocorre, muitas vezes, é um aliciamento para viajar, para mudar de emprego e vida. Isso, teoricamente, os aliviaria do preconceito e da discriminação. No entanto, em seguida, esses jovens são submetidos a diferentes tipos de trabalho escravo, inclusive o doméstico”, explica Estela Scandola, professora e pesquisadora na Escola de Saúde Pública (ESP) do Mato Grosso do Sul.

ESCRavidÃO, HOJE!

É fundamental compreender que este tipo de tráfico só existe porque a própria vida das pessoas torna-se uma mercadoria, estabelecendo-se, assim, um comércio de humanos. Em países onde os direitos humanos são mais respeitados e este crime é menos comum, como Inglaterra, Suíça, Finlândia e Suécia, entre outros, as corporações e grandes empresas desistiram de fabricar seus produtos em solo nacional e passaram a investir na produção em países cujas legislações são "maleáveis" e onde há condições de se explorar o trabalho escravo. Este é o caso da confecção de roupas e da extração de recursos naturais implementadas no Brasil.

Estela Scandola ressalta que o ato de transformar pessoas em mercadoria é inerente à existência do capitalismo. "É interessante perceber que o tráfico de pessoas não existe em si, mas em função de uma ou outra cadeia produtiva, que se desenvolve de acordo com a conveniência da inserção globalizante capitalista", explica ela.

Pelo menos oito inquéritos concluídos, só em 2015, pela Polícia Civil goiana, denunciam o uso de meninas kalungas como escravas sexuais. As vítimas, entre 10 e 14 anos, têm como algozes homens brancos e poderosos de Cavalcante (GO).

Meninas descendentes de escravos e nascidas em comunidades kalungas, na região da Chapada dos Veadeiros, protagonizam as mesmas histórias de horror e barbárie dos seus antepassados, levados à força para trabalhar nas fazendas da região nos séculos XVIII e XIX. Sem o ensino médio e sem qualquer possibilidade de emprego, além do trabalho braçal em terras improdutivas nos povoados onde nasceram, elas são entregues pelos pais a moradores de Cavalcante. Na cidade de 10 mil habitantes, no nordeste de Goiás, a 310 km de Brasília, a maioria trabalha

como empregada doméstica em casas de famílias de classe média. Em troca, ganham apenas comida, um lugar para dormir e a possibilidade de frequentarem as aulas na rede pública. Para piorar, ficam expostas a todo o tipo de violência e violação de direitos. A mais grave delas, o estupro, geralmente é cometida pelos patrões, homens brancos e com poder econômico e político.

Fonte: *Correio Braziliense*, edição virtual de 12/04/2015, reportagem de Renato Alves (enviado especial), *Caderno de Cidades* (com adaptações).

Link: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/04/12/interna_cidadesdf,479060/xxxxx.shtml>. Acesso em: 26/10/2015

Unidade de internação de Santa Maria - UISM

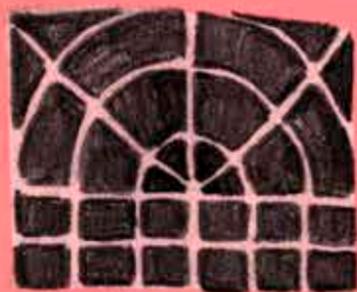
COMO VOCÊ ME IMAGINA?



SE ME IMAGINA NEGRA,



POR QUE ME IMAGINOU ASSIM?



OUTRO OLHAR

Você me ajuda?

Coletivo de Meninas da Unidade de Internação de Santa Maria (UISM)

Existe uma palavra muito bonita, de um significado até nobre. Muito ela é cobrada, mas pouco exercida. Ouvimos falar que aqui temos, ou melhor, deveríamos ter. Acreditamos hoje que se o significado da tão nobre palavra tivesse sido respeitado e entrado em vigor anos atrás, talvez hoje não estivéssemos aqui. A palavra a que nos referimos é a palavra "Direitos", algo que procuramos e desconhecemos.

Não tivemos nossos direitos ao nosso lado. Desde novas, eles nos viraram as costas. Sabe quem somos?

Somos aquelas que são julgadas sem que, ao menos, saibam os nossos nomes. Aquelas que chamam de monstros, delinquentes, infratoras, aquelas que oferecem perigo ao mundinho perfeito de vocês. Pelo menos, é isso que ouvimos muito.

Onde estamos?

Estamos em um sistema que devia nos incluir na sociedade, com orientação e educação, que não tivemos. Porém, mais uma vez, nossos direitos não são realizados. Vivemos em uma unidade de internação para adolescentes. Antes de pararmos aqui, não tínhamos direitos. Agora que estamos aqui, continuamos sem eles.

Por que as coisas são assim?

Porque vivemos em uma sociedade hipócrita, cujas pessoas se preocupam apenas consigo mesmas e não pensam no próximo. Nós erramos e estamos pagando pelo que fizemos.

Queremos mudar nossas vidas, mas não conseguiremos sozinhas, pois precisamos daquela ajuda que não tivemos antes de vir parar aqui. No entanto, ninguém nos ouve, ninguém nos vê. Só querem nos apontar e nos punir.

Os nossos erros não absolverão vocês de nada. Vocês não sabem de nossas histórias, não sabem o que nos levou a errar. Nossa imagem ruim foram vocês mesmos que fizeram. Nós não somos assim. E, quando precisamos de alguém, nos viraram as costas. As pessoas não se preocupam com o que sentimos. Para elas, não fazemos mais parte de sua sociedade. Infelizmente, somos apenas mais algumas no meio de muitas outras que tiveram seus direitos negligenciados, mas vamos dar conta...

Vamos atrás!
Você me ajuda?

A conquista do ser pleno

Uma jovem favelada dá-se a obrigação de superar obstáculos “três vezes” maiores do que “aparentemente” qualquer pessoa tem de vencer. E isso acontece porque ela não realiza ações só por si, mas por redes de pessoas que fazem parte de quem ela é. Aliás, se ela for a primeira universitária da família ou até mesmo a única a frequentar lugares aos quais eles nunca tiveram acesso, essa responsabilidade aumenta.

O Estado, quase sempre, atende aos interesses de

apenas determinados grupos sociais, deixando de cumprir sua obrigação constitucional e o próprio motivo de sua existência, que é atender as necessidades de todos e todas e promover o bem-estar, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O mercado, por sua vez, desejoso de lucro, constantemente se coloca de forma preconceituosa, excluindo um selecionado público e impedindo-o de poder exercer o seu direito de

consumo pleno, ao mesmo tempo em que explora sua força de trabalho diariamente.

Devido a essas circunstâncias, nós, favelados, que não temos nossos direitos plenamente atendidos, vivemos o reflexo histórico de uma cidade (Rio de Janeiro) que nos impõe muitos e diversos obstáculos. Por conta disso, temos que fazer um esforço além do que nos seria exigido naturalmente para que possamos conseguir realizar algumas conquistas, como, por exemplo, cursar uma universidade.

Com determinação, coragem e persistência, no momento em que passamos a frequentar outros espaços não comuns para nós, conseguimos atravessar as barreiras invisíveis que nos são impostas. Tornamo-nos elos entre esses espaços antes desconectados e trazemos representatividade às redes de pessoas que nos compõem. Daí, criam-se os canais de articulação.

A mobilidade física, colaboradora máxima para a quebra de barreiras, carrega um significado novo:

mobilidade simbólica. O indivíduo que tem locomoção entre os espaços cria pontos entre as diversas redes por onde passa e é ele próprio o elo. Essa situação ocasiona a extensão de seu próprio repertório e abre leques de informações e possibilidades amplas, que não se limitam a ele mesmo.

Articulando ações e pessoas, maiores são as probabilidades de que possamos chegar a lugares nunca alcançados por nós, ir aonde queremos, ser o que almejamos e destruir barreiras impostas, como o

racismo, a desigualdade social e o machismo, entre outras.

O fato é que, quando ampliamos nosso repertório, nós nos libertamos das traves em nossos olhos e conseguimos, então, enxergar nossas opções. Assim, conquistamos o nosso direito de escolha. Somos verdadeiramente plenas.

*Observatório de Favelas
Maré, Rio de Janeiro*

*Mayara Donaria - 19 anos, com a contribuição
de Beatriz Sant'Anna - 17 anos*

ATAQUE BELIZ

Gabriela Camota - 18 anos



Paranoá é o berço da *Ataque Beliz*, banda de rap e hip hop que mistura várias vertentes da música negra, como o jazz e o funk, além de ritmos brasileiros, como o sambarock e a embolada.

E você sabe o que é "beliz"? A escolha por este nome foi mesmo para provocar a curiosidade, para estimular as pessoas a pesquisarem, para que saibam que tudo tem história. "Beliz" significa "sagaz", "astuto". Agora, imagina só, assistir ao show de uma banda chamada "ataque sagaz"?! Dá até vontade, né?

Muitos integrantes já entraram e saíram da banda desde quando ela nasceu, em 2001. Hoje, ela é composta por Higo Melo (vocalista, compositor e produtor musical), Alisson Melo (vocalista, compositor e produtor musical), Anderson Benjamim (vocalista e compositor), Thiago Jamelão (guitarrista, vocalista e compositor), Patrick Rerison (baixista e compositor), Paulo Góes (guitarrista e engenheiro de áudio), Hugo Rhodrigues (tecladista e arranjador) e Amaro

Vaz (baterista). E é justamente a junção dessa galera, com características tão distintas, que forma a identidade da *Ataque*.

Outra coisa boa é que, geralmente, os seus shows são gratuitos, pois a banda é frequentemente convidada para participar de projetos culturais. Um momento marcante na sua história foi quando eles tocaram no programa *Som Brasil*.

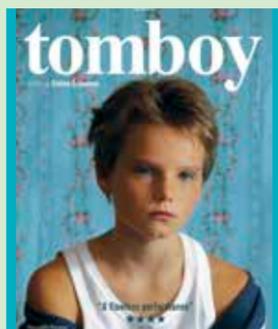
A banda possui três álbuns: "Reconceito", "Veemente" e "Toque".

O trabalho do grupo explicita que eles não têm preconceito com qualquer tipo de sotaque, já que as raízes culturais e regionais da banda são diversas. O cotidiano e a realidade social brasileira são sempre retratados nas músicas da *Ataque* e a mensagem que eles levam ao público é a de que sempre será difícil se você vem da periferia e é negro ou negra. Mas eles também ressaltam que sempre existem alternativas. Às vezes, elas doem mais; às vezes, doem menos. Mas a principal alternativa é a luta.

filme

TOMBOY**Por Isabel Amorim**

Tomboy é delicado e inspirador. Dirigido por Céline Sciamma, este filme tem produção francesa e foi lançado em 2012. A película aborda a questão de gênero de uma forma suave e, ao mesmo tempo, bastante aprofundada. A protagonista, uma garota de 10 anos, ao mudar de cidade com os pais e a irmã mais nova, resolve assumir uma identidade masculina, usando roupas de menino e se comportando como se fosse um. O filme apresenta o difícil tema da identidade de gênero a partir de uma perspectiva bonita e fluida, sem clichês, e é uma boa pedida para quem quer pensar um pouco mais sobre o assunto. Não deixe de assistir a esta produção. Você irá ampliar suas percepções!



hq

MALU: MEMÓRIAS DE UMA TRANS**Por Leiliane Vieira**

De Cordeiro de Sá, arquiteto urbanista e artista visual, esta história em quadrinhos foi criada a partir de relatos e fatos reais do universo LGBT e conta a vida de uma transexual, da sua infância à vida adulta. Antes de se chamar Malu, a protagonista chamava-se Antonio Cláudio. Sua família não gostava da sua identidade de gênero e fazia de tudo para tentar mudar seu pensamento e suas atitudes. Malu teve seu primeiro amor na escola, mas nem tudo saiu como ela imaginava e resolveu tentar sua vida na cidade grande (São Paulo). Chegando à metrópole, passou por algumas dificuldades, até começar a trabalhar em um salão e conseguir se estabilizar. Com um texto bem escrito, esta HQ apresenta uma realidade desconhecida por muitos de nós: as dificuldades que uma trans sofre em uma sociedade ainda bastante preconceituosa.



rádio

DE VOLTA AO PASSADO**Por Eduardo Portela Alves**

Aos domingos, a Rádio Utopia FM apresenta o programa "De Volta ao Passado", que traz os grandes sucessos e (por que não dizer?) clássicos da música popular brasileira. Artistas como Roberto Carlos, Milton Nascimento, Chico Buarque, Elis Regina, Nana Caymmi e diversos outros compositores e intérpretes que, literalmente, marcaram épocas, desde 1920 até os dias atuais, podem ser ouvidos e apreciados. Apresentado por Eduardo Portela, o programa fica no ar entre as 14h e as 17h. Em Planaltina e no Distrito Federal, sintonize a 98,1 FM. De lugares mais distantes, você pode ouvir o programa pela *internet*, acessando <www.utopiafm.com>. E boa viagem... De Volta ao Passado!



música

SLAM DAS MINAS**Por Iana Mallman**

O *Slam* é uma batalha de poesia falada, um acontecimento poético que se tornou um movimento artístico, social e cultural. Com o nome de *Poetry Slam*, ele surgiu no norte de Chicago (EUA), como uma inspiração do poeta Mark Kelly Smith, e está presente hoje em comunidades do mundo todo. Aqui, o movimento chegou com o nome de *Slam DF*, do qual surgiu mais tarde uma vertente exclusiva para mulheres. O primeiro *Slam das Minas* foi realizado em maio de 2015 no Teatro Mapati e, desde então, várias edições têm acontecido em diferentes locais do DF. Os eventos contam com um microfone aberto, para que qualquer pessoa possa recitar poesias (próprias ou não). Em um mundo onde espaços mistos (nos quais convivem mulheres e homens) muitas vezes não são igualmente receptivos e acolhedores para ambos os gêneros, o *Slam das Minas* desempenha o papel de ser um ambiente onde as mulheres não sentem vergonha, medo ou receio de falar em público e divulgar sua arte. Além de empoderar as minas...



teatro

MENINOS DA GUERRA**Por Israel Victor de Melo**

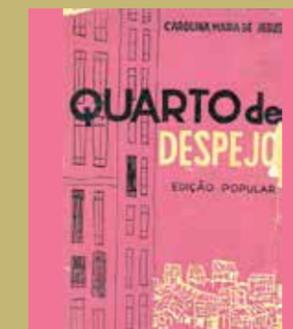
Com base em textos de Lívia Fernandez e relatos dos jovens participantes, a dramaturgia, a encenação e a codireção desta peça são de Carlos Laredo, enquanto a preparação de elenco e a codireção são de José Regino. Com um toque de profunda emoção, adolescentes e crianças em situação de abrigo e rua retratam suas experiências de vida no palco. De maneira poética e sensível, eles transformam situações de vulnerabilidade e opressão em arte. O projeto, que culmina nesta peça teatral, foi traçado por um roteiro guiado a partir de escutas em grupo. Temas realistas e desafiadores, como a exploração e o abuso sexuais, o trabalho infantil, as violências doméstica e policial, desenham a vida e a arte e as colocam em um outro patamar. Espetacular!



livro

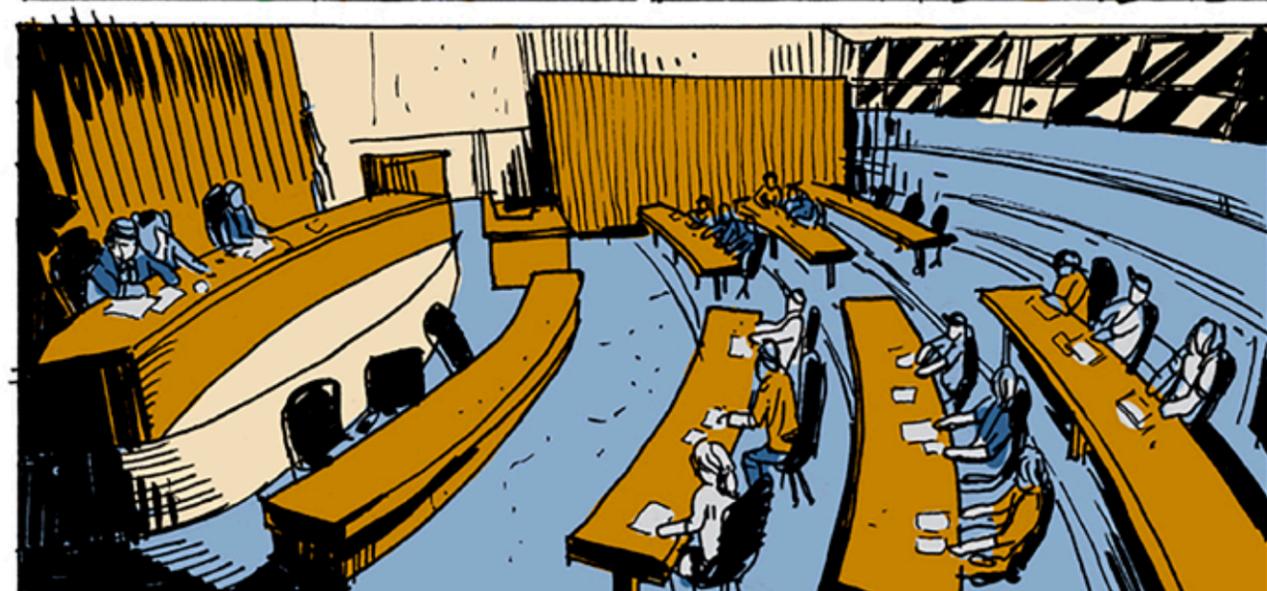
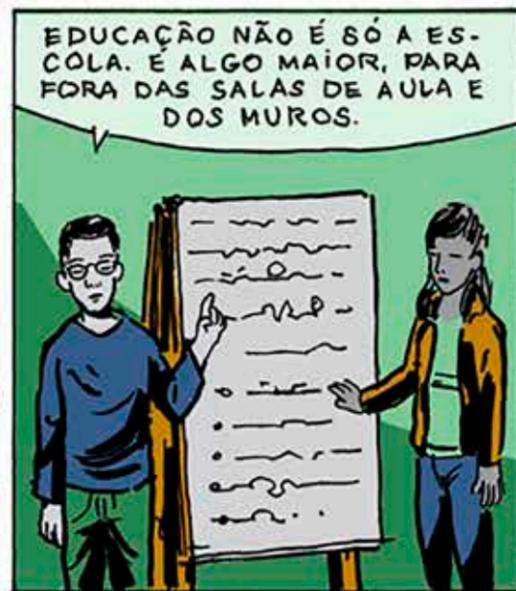
QUARTO DE DESPEJO**Por Lucas Miguel Salomão Meireles**

Escrita em forma de diário e com linguagem simples, esta obra de não ficção revela, durante anos, o dia a dia real da autora, Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977), mulher negra, moradora de favela e catadora que, escrevendo em pedaços de papel encontrados no lixo, nos deixou o registro tocante de uma história de luta e resistência. Mãe solteira de três filhos, ela se viu frente a uma realidade nada acolhedora e batalhou para pôr comida na mesa e garantir um futuro para os seus filhos. A autora teve o mérito de transformar pedaços de papel velho em um meio para contar ao mundo uma incrível história de vida. Bastante elogiado, este livro foi publicado em 1960 e traduzido para treze idiomas.

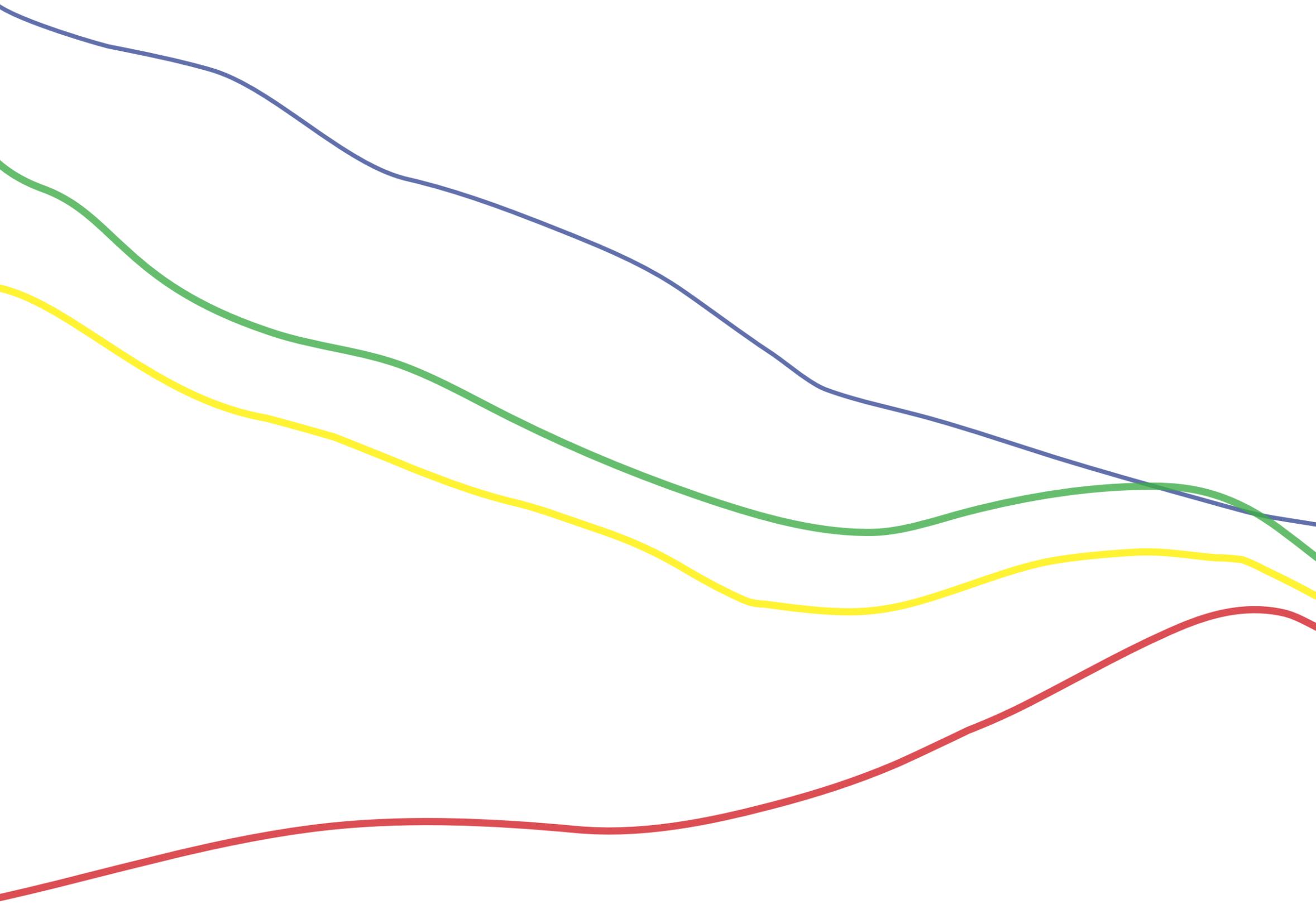


Qual a ONDA?











Realização



Patrocínio

